



PROJETO DE GRADUAÇÃO

ENGENHARIA ECONÔMICA: O IMPACTO DO NÍVEL DE CIDADANIA FINANCEIRA NO ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO DE APOSENTADOS

Lorena Marquez Lacombe Santos

Brasília, maio de 2021

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

FACULDADE DE TECNOLOGIA

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Faculdade de Tecnologia

Departamento de Engenharia de Produção

PROJETO DE GRADUAÇÃO

ENGENHARIA ECONÔMICA: O IMPACTO DO NÍVEL DE CIDADANIA FINANCEIRA NO ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO DE APOSENTADOS

Lorena Marquez Lacombe Santos

Relatório submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Engenheiro de
Produção

Banca Examinadora

Prof. Márcia T. Longen Zindel (Orientadora)

Prof. João Carlos Félix Souza

Prof. Ari Melo Mariano

Brasília, maio de 2021

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer aos meus pais, Eliane e Luiz Roberto, por tudo que fizeram para mim e para meu irmão, Thiago, ao longo de todos esses anos, dando o melhor suporte para nossa educação e desenvolvimento pessoal mesmo nos momentos mais complicados. À minha mãe, obrigada por ser essa pessoa divertida e forte que sempre nos aconselha da melhor maneira. Ao meu pai, obrigada por ser esse exemplo de profissional e por sempre nos incentivar a ser melhor. Ao meu irmão, por ser um exemplo de determinação para mim, por deixar nossos dias mais alegres e por ter sido minha principal companhia nesses últimos 23 anos. Agradeço por todo carinho, amor e por terem sempre acreditado em mim.

Ao Pedro Leal Martinez, por ter sido a minha companhia mais presente nesses últimos anos, por toda a preocupação, carinho, amizade, amor e por sempre ter se feito presente mesmo quando estivemos distantes.

À minha família por sempre se preocupar e se fazer próxima, mesmo quando distante, e aos meus amigos por terem proporcionado momentos inesquecíveis nesses últimos anos.

À família que escolhi, os amigos que sempre estiveram ao meu lado nos momentos mais felizes e nos mais complicados também, Renato Borges, Luiza Czarnewski, Luiza Zanol, Erick Medeiros, Cecília Marini, Hannah Danciger, Paulo Henrique Correia, Lucas Mesquita, Victor Lacerda, Edson Araújo e, principalmente, à Vitória Wohlgemuth pelo companheirismo e ajuda durante toda a faculdade e, em especial, este último ano com toda a ajuda neste trabalho e com os desabafos de madrugada.

Obrigada à Universidade de Brasília pelos professores que colaboraram para a minha formação, e pelas amigadas que levarei para a toda a vida, em especial ao Guilherme Lemos, Victoria Araújo, Camila Mayerhofer, Carol Mayerhofer e ao Fábio Kohler.

Por fim, gostaria de agradecer à minha orientadora, Prof^a Dr^a Márcia Terezinha Longen Zindel pelo apoio nesse último ano. Mesmo com o delicado período, sempre nos incentivou, teve empatia nos momentos mais complicados e se colocou à disposição para nossas dúvidas, nos orientando da melhor maneira.

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar a relação entre nível de cidadania financeira e de endividamento de cidadãos já aposentados. Para atingí-lo, buscou-se analisar a correlação entre o nível de cidadania financeira entre aposentados classificados como possuidores de endividamento e risco, e cidadãos que não possuíram essa classificação, além de propor soluções para aumentar a cidadania financeira em jovens e para profissionais no mercado de trabalho se prepararem para a aposentadoria. Foram analisadas duas dimensões da cidadania financeira, inclusão e educação financeira. Os dados foram coletados através da aplicação de questionário baseado no *ToolkitInfe/OCDE* e na PEIC/CNC a fim de, posteriormente, realizar a análise descritiva e estatística dos dados por meio do teste exato de *Fisher*. Com os resultados obtidos foi verificada a inclusão financeira e bons índices relacionados à educação financeira da amostra analisada.

Palavras-Chave: Endividamento de risco; Cidadania financeira; Educação financeira; Inclusão financeira; Finanças pessoais.

ABSTRACT

The present paper has the objective to analyse the relation between the level of financial citizenship and indebtedness in the retired population. In order to achieve it, it was analysed the correlation between the level of financial citizenship between retirees classified as having risky indebtedness and the retirees that were not classified with this type of indebtedness, beyond proposing solutions to increase the financial citizenship among the young population and among the professionals who are still not retired so that they can be prepared for retirement. Two dimensions of financial citizenship were analyzed, financial inclusion and financial education. The data collected by the questionnaire based on the *ToolkitInfe/OCDE* and on *PEIC/CNC* in order to, posteriorly, realize de descriptive and statistical analysis, through Fisher's exact test. With the results obtained it was verified the financial inclusion and great level related to financial education within the sample analyzed.

Key words: Risky indebtedness; Financial citizenship; Financial Education; Financial Inclusion; Personal finance.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.1. Contextualização.....	12
1.2. Objetivo Geral	13
1.3. Objetivos Específicos.....	13
1.4. Justificativa.....	14
2. FUNDAMENTAÇÃO TEORICA	16
2.1. Educação Financeira	16
2.2. Endividamento.....	18
2.3. Cidadania Financeira	19
2.3.1. Relatório de Cidadania Financeira.....	21
2.3.2. Índice de Cidadania Financeira	23
2.4. Aposentadoria.....	24
2.4.1. Previdência Social.....	24
2.4.2. Previdência Privada	26
2.4.2.1. Previdência privada fechada.....	26
2.4.2.2. Previdência privada aberta	26
3. METODOLOGIA	29
3.1. Tipo de Pesquisa	29
3.2. Descrição do Método de Coleta de Dados	30
3.3. População e Amostra	31
3.4. Descrição da Coleta de Dados.....	32
3.5. Análise Estatística.....	33
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	34
4.1. Perfil Socioeconômico	34
4.2. Uso de Serviços Financeiros	37
4.3. Canais de Acesso e Meios de Pagamento	45
4.4. Educação Financeira	46
4.5. Poupança	54
4.6. Resiliência	56
4.7. Ocorrência e Resolução de Problemas com Instituições Financeiras	59
4.8. Endividamento.....	62
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	69
ANEXOS.....	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Princípios e recomendações de educação financeira.....	16
Figura 2 - Resultados obtidos no Relatório de Cidadania Financeira	22
Figura 3 - Indicadores de cidadania financeira	23
Figura 4 - Trilha para resolução de problemas	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tabela Regressiva de Imposto de Renda.....	28
Tabela 2 - Tabela Progressiva de Imposto de Renda	28
Tabela 3 - Classificação da Pesquisa.....	29
Tabela 4 - Estado de Residência	35
Tabela 5 - Classificação de classes sociais por faixa de salário mínimo.....	36
Tabela 6 - Uso de Produtos Financeiros.....	37
Tabela 7 - Acerto questões múltipla escolha	47
Tabela 8 - Acerto questões verdadeiro ou falso	47
Tabela 9 - RM atitude financeira.....	51
Tabela 10 - Análise estatística: uso de serviços financeiros	91
Tabela 11 - Análise Estatística: maneira de escolha dos produtos financeiros.....	91
Tabela 12 - Análise Estatística: movimentação da conta	92
Tabela 13 - Análise Estatística: motivos para contratação de empréstimo	93
Tabela 14 - Análise Estatística: uso do cartão de crédito	93
Tabela 15 - Análise Estatística: meio de movimentação da conta	94
Tabela 16 - Análise Estatística: autoavaliação de conhecimento sobre finanças.....	94
Tabela 17 - Análise Estatística: você possui uma forma de planejamento financeiro?.....	95
Tabela 18 - Análise Estatística: você sentiu seus gastos maiores que seus rendimentos?	95
Tabela 19 - Análise Estatística: o que você fez para pagar as contas?.....	95
Tabela 20 - Análise Estatística: como você poupou dinheiro?	96
Tabela 21 - Análise Estatística: pagamento de despesa inesperada	96
Tabela 22 - Análise Estatística: tempo de sobrevivência no caso de perda da renda.....	97
Tabela 23 - Análise Estatística: planejamento para aposentadoria	97
Tabela 24 - Análise Estatística: como você tentou resolver o problema?	98
Tabela 25 - Análise Estatística: meio de resolução do problema.....	98

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gênero dos entrevistados	34
Gráfico 2 - Faixa Etária	34
Gráfico 3 - Grau de Escolaridade	35
Gráfico 4 - Renda Individual Mensal	36
Gráfico 5 - Entrevistados com e sem endividamento de risco	37
Gráfico 6 - Utilização de produtos financeiros (segmentado)	38
Gráfico 7 - Motivo de escolha dos produtos financeiros	39
Gráfico 8 - Movimentação de conta bancária	40
Gráfico 9 - Movimentação de conta bancária (segmentado)	40
Gráfico 10 - Satisfação com atendimento e serviços financeiros	41
Gráfico 11 - Satisfação com atendimento e serviços financeiros (segmentado).....	41
Gráfico 12 - Motivo para utilização de empréstimo.....	42
Gráfico 13 - Fatores para decisão de empréstimo	42
Gráfico 14 - Fatores para decisão de empréstimo (segmentado)	43
Gráfico 15 – Pagamento de fatura do Cartão de Crédito.....	44
Gráfico 16 - Pagamento de fatura do Cartão de Crédito (segmentado).....	44
Gráfico 17 - Uso de canais de acesso	45
Gráfico 18 - Uso de canais de acesso (segmentado)	46
Gráfico 19 - Auto avaliação conhecimento financeiro	48
Gráfico 20 - Auto avaliação conhecimento financeiro (segmentado).....	49
Gráfico 21 - Orçamento familiar	49
Gráfico 22 - Orçamento familiar (segmentado)	50
Gráfico 23 - Seus gastos foram maiores que seus rendimentos?	52
Gráfico 24 - Seus gastos foram maiores que seus rendimentos?	52
Gráfico 25 - Maneira para pagar as contas	53
Gráfico 26 – Maneira para pagar as contas (segmentado).....	54
Gráfico 27 – Maneira de poupar dinheiro.....	55
Gráfico 28 – Maneira de poupar dinheiro (segmentado).....	55
Gráfico 29 – Motivo para poupar dinheiro	56
Gráfico 30 – Você conseguiria pagar uma despesa inesperada sem pedir ajuda?	57

Gráfico 31 – Você conseguiria pagar uma despesa inesperada sem pedir ajuda? (segmentado)	57
Gráfico 32 – Tempo de sobrevivência financeira	58
Gráfico 33 – Tempo de sobrevivência financeira (segmentado)	58
Gráfico 34 – Modo de planejamento para a aposentadoria	59
Gráfico 35 – Problemas com instituições financeiras	60
Gráfico 36 – Tempo para a resolução do problema	61
Gráfico 37 – Contato para resolução do problema	62
Gráfico 38 – Você possui alguma dívida?	63
Gráfico 39 – Você possui alguma dívida? (segmentado)	63
Gráfico 40 – Auto percepção de dívidas	64
Gráfico 41 – Auto percepção de dívidas (segmentado)	64
Gráfico 42 – Porcentagem de renda mensal comprometida com dívidas	65
Gráfico 43 – Porcentagem de renda mensal comprometida com dívidas (segmentado)	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS.....	Instituto Nacional do Seguro Social
CNDL	Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas
PEIC.....	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
BCB	Banco Central do Brasil
IDEC	Instituto Brasileiro de Defesa ao Consumidor
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
SFN	Sistema Financeiro Nacional
INFE	Rede Internacional de Educação Financeira
RCF.....	Relatório de Cidadania Financeira
RIF.....	Relatório de Inclusão Financeira
ICF.....	Índice de Cidadania Financeira
IF	Instituições Financeiras
IIF	Índice de Inclusão Financeira
IEF.....	Índice de Educação Financeira
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RPPS.....	Regime Próprio de Previdência Social
CLT.....	Consolidação das Leis Trabalhistas
ANAPP	Associação Nacional de Previdência Privada
PGBL.....	Plano Gerador de Benefício Livre
VGBL	Vida Gerador de Benefício Livre
IR	Imposto de Renda
SAC	Serviço de Atendimento ao Consumidor
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios

1. INTRODUÇÃO

1.1. Contextualização

Devido à instabilidade econômica, constata-se que nos últimos anos o tema educação financeira tem despertado o interesse das pessoas na busca por um melhor entendimento de como gerir melhor seus recursos financeiros e conhecer produtos e serviços financeiros. De acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2005, p.2), a educação financeira sempre foi importante para ajudar os consumidores a orçar e organizar a sua renda de modo a poupar e investir de maneira eficiente.

Além disso, a população brasileira está envelhecendo. Em divulgação pelo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) em 2020, o número de pessoas idosas no Brasil ao final do ano de 2019 era de 34 milhões de habitantes, o que representa um aumento de cerca de 137% em menos de 10 anos se comparado com o valor divulgado no censo de 2010, onde a população idosa era representada 14,3 milhões, demonstrando assim, o constante crescimento dessa parcela da população.

A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho afirmou que no ano de 2018 houve um déficit na previdência de R\$ 195,2 bilhões, o que já causou um aumento de pressão no governo para a criação de um plano para a reforma da previdência. Ademais, junto do crescimento da população idosa, o aumento da expectativa de vida brasileira é crescente, sendo que houve uma mudança na expectativa de vida, passando de 73,62 anos em 2010 para 76,3 anos em 2018. Tal situação significa que os idosos estão precisando receber a aposentaria por um tempo mais longo, do que quando a previdência como conhecemos nos modelos atuais, foi criada.

Todavia, de acordo com a teoria da pirâmide etária, aquela que demonstra tendências no crescimento populacional durante um determinado período, o aumento da população idosa é inversamente proporcional ao da população de jovens que entram no mercado de trabalho, e que contribuem para a arrecadação de fundos para a previdência. Portanto, com o aumento da expectativa de vida da população brasileira e com o crescimento da população idosa no país, a tendência é que o déficit do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) seja cada vez maior.

Em 2019, foi aprovada a nova reforma da Previdência no Brasil, o que gerou modificações nos critérios para solicitar a aposentadoria pelo INSS. Assim, a idade mínima para pessoas que estão ingressando no mercado de trabalho e que não são servidores públicos ou professores, passou a ser de 65 anos para os homens e 62 anos para as mulheres. Além disso, é necessário que a pessoa tenha contribuído por, no mínimo, 20 anos.

Antes da reforma, a idade mínima para aposentadoria do mesmo grupo anterior era de 65 anos para o grupo masculino e 60 anos para o feminino, sendo que ambos deveriam ter contribuído por, pelo menos 15 anos para a união. Dessa forma, com o envelhecimento da população e com a aposentadoria sendo realizada agora de forma mais tardia, é importante que o cidadão possua um bom planejamento financeiro ao longo de sua vida caso queira se aposentar antes ou possuir uma renda acima do teto do INSS.

A abordagem de tal assunto é relevante tendo em vista que, em levantamento realizado pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL, 2019) junto do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), 47% da população jovem do Brasil, entre 18 e 24 anos, não realiza o controle das suas finanças pessoais e, sendo que 75% dessa população também não se prepara com a aposentadoria. Para completar, de acordo com o Relatório Global do Sistema Previdenciário de 2020, cerca de 90% das pessoas com mais de 25 anos não poupam dinheiro pensando na aposentadoria.

Sendo assim, o objetivo principal desse trabalho é analisar o impacto do nível de cidadania financeira no índice de endividamento de aposentados, como será demonstrado a seguir.

1.2. Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é analisar a relação entre o nível de cidadania financeira e endividamento de aposentados.

1.3. Objetivos Específicos

A fim de alcançar o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar o nível de cidadania financeira dos aposentados pesquisados.

- b) Analisar duas das quatro dimensões as quais a cidadania financeira é desenvolvida – inclusão e educação financeira.
- c) Verificar índice de endividamento.
- d) Propor sugestões para que os profissionais que ainda estejam no mercado de trabalho se preparem para a aposentadoria.

1.4. Justificativa

O trabalho justifica-se como um modo de compreender a percepção da população, com relação às finanças pessoais e se essa mesma população foi educada com relação ao tema e se preparou de alguma forma para a aposentadoria. Tais questionamentos são relevantes, tendo em vista que, de acordo com estudos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2005) é recomendado que se tenha educação financeira nas escolas desde os primeiros anos, já que é um tema que deve ser visto ao longo de toda a vida das pessoas.

Isso porque a educação financeira, além de ser um fator muito importante para a formação dos cidadãos, se encontra presente no cotidiano das pessoas e a sua falta pode ter como consequência o endividamento da população, o que acaba por afetar todos aqueles relacionados à essa questão financeira. De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), divulgada em abril de 2021, nota-se o aumento de 0,9 pontos percentuais no total de famílias endividadas no país frente ao ano mesmo mês no ano de 2020, chegando ao maior resultado desde o início da pesquisa no ano de 2010.

Santos (2010) ao analisar os dados de uma pesquisa realizada pelo IBGE observou que 46% dos aposentados recebem ajudas dos parentes para sobreviver, 28% são socorridos pela caridade pública e 25% continuam a trabalhar para que consigam se sustentar. Dessa maneira, o autor chegou à conclusão que somente 1% dos aposentados são independentes financeiramente, ou seja, conseguem se sustentar por conta própria e sem precisar retornar ao mercado de trabalho.

Tais situações demonstram a relevância de pesquisa do assunto e realização desse estudo, devido à importância tanto no campo das finanças pessoais quanto ao entendimento sociocultural sobre a relação das pessoas com a educação financeira e a aposentadoria. Entender como economizar, planejar e investir durante a vida ativa profissional são

importantes para garantir uma segurança financeira em um futuro e que, para isso, é importante começar desde cedo a compreender a como se organizar financeiramente.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

2.1. Educação Financeira

A OCDE (2005) define educação financeira como o processo através do qual os consumidores/investidores aprimoram seu conhecimento sobre produtos financeiros, conceitos, riscos e, através da informação, instrução e/ou conselhos objetivos, desenvolvem habilidades e confiança para se tornarem mais conscientes dos riscos financeiros e oportunidades. Por conseguinte, as pessoas tendem a fazer escolhas mais inteligentes, para saber onde procurar ajuda e para tomar outras ações efetivas que melhorarão seu bem-estar financeiro.

A educação financeira é um fator importante no que diz respeito ao processo de desenvolvimento das economias. O Corecon-PB (*apud* Wisniewski.2011) afirma que ela é “[...] um assunto essencial para o exercício da cidadania, pois a falta de alfabetização financeira pode deteriorar ou deixar de melhorar a qualidade de vida das pessoas no futuro”. Além disso, a qualidade de vida pode não ser piorada somente no âmbito financeiro como pode surtir efeito, também, nos âmbitos psicológicos, sociais e de saúde (VIEIRA; MOREIRA JUNIOR; POTRICH, 2019).

Entendendo a importância sobre o tema e visando melhorar o entendimento da população com relação a produtos financeiro e com a intenção de se desenvolver uma poupança previdenciária, foi criado em 2003 o *Financial Educational Project* pela OCDE. O programa foi criado com a finalidade de estudar educação financeira e propor programas aos seus países-membro. Ele foi estabelecido com a intenção de analisar a efetividade das iniciativas que já existentes nos países, desenvolvendo técnicas que permitam compará-las para que assim sejam fornecidas recomendações para a melhor prática para a implantação. Assim, a partir das pesquisas realizadas pela OCDE, originaram-se as seguintes recomendações e princípios:

Figura 1 - Princípios e recomendações de educação financeira.

Princípios e recomendações de educação financeira

1. A educação financeira deve ser promovida de uma forma justa e sem vieses, ou seja, o desenvolvimento das competências financeiras dos indivíduos precisa ser embasado em informações e instruções apropriadas, livres de interesses particulares.
2. Os programas de educação financeira devem focar as prioridades de cada país, isto é, se adequar em à realidade nacional, podendo incluir, em seu conteúdo, aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguros, bem como conceitos elementares de matemática e economia. Os indivíduos que estão para se aposentar devem estar cientes da necessidade de avaliar a situação de seus planos de pensão, necessitando agir apropriadamente para defender seus interesses.
3. O processo de educação financeira deve ser considerado, pelos órgãos administrativos e legais de um país, como um instrumento para o crescimento e a estabilidade econômica, sendo necessário que se busque complementar o papel exercido pela regulamentação do sistema financeiro e pelas leis de proteção ao consumidor.
4. O envolvimento das instituições financeiras no processo de educação financeira deve ser estimulado, de tal forma que a adotem como parte integrante de suas práticas de relacionamento com seus clientes, provendo informações financeiras que estimulem a compreensão de suas decisões, principalmente nos negócios de longo prazo e naqueles que comprometam expressivamente a renda atual e futura de seus consumidores.
5. A educação financeira deve ser um processo contínuo, acompanhando a evolução dos mercados e a crescente complexidade das informações que os caracterizam.
6. Por meio da mídia, devem ser veiculadas campanhas nacionais de estímulo à compreensão dos indivíduos quanto à necessidade de buscarem a capacitação financeira, bem como o conhecimento dos riscos envolvidos nas suas decisões. Além disso, precisam ser criados sites específicos, oferecendo informações gratuitas e de utilidade pública.
7. A educação financeira deve começar na escola. É recomendável que as pessoas se insiram no processo precocemente.
8. As instituições financeiras devem ser incentivadas a certificar que os clientes leiam e compreendam todas as informações disponibilizadas, especificamente, quando for em relacionadas aos negócios de longo prazo, ou aos serviços financeiros, com consequências relevantes.
9. Os programas de educação financeira devem focar, particularmente, aspectos importantes do planejamento financeiro pessoal, como a poupança e a aposentadoria, o endividamento e a contratação de seguros.
10. Os programas devem ser orientados para a construção da competência financeira, adequando-se a grupos específicos, e elaborados da forma mais personalizada possível.

Fonte: OCDE (2005)

O principal ponto que precisa ser levado em consideração com relação à educação financeira, é o desenvolvimento do hábito de poupar. Segundo o Banco Central do Brasil BCB (2013), ao poupar, a pessoa acumula valores com a intenção de utilizá-los no futuro e, portanto, se torna primordial para a realização de investimentos, visto que investimento é a aplicação dos recursos que poupamos, com a expectativa de obtenção de remuneração por essa aplicação.

Dessa forma, é necessário que as pessoas tenham uma boa base de educação financeira para que consigam investir seu dinheiro de maneira eficiente. É importante, também, que

sejam definidos objetivos de curto, médio e longo prazo, além de que se tenha uma reserva de emergência e um controle de gastos. Assim, ao realizar investimentos, as pessoas terão uma programação do quanto e de quando investir de maneira a não ficarem expostas a imprevistos financeiros que possam acontecer.

2.2. Endividamento

Os termos endividamento e inadimplência ainda são vistos por muitos como sinônimos. O Banco Central define dívida como a obrigação de pagar algum valor. Segundo o IDEC, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, quando uma pessoa pega emprestado recursos financeiros para adquirir algum bem, ele está se endividando. O excesso de dívidas pode levar o consumidor à situação de inadimplência, que é quando não se consegue pagar um compromisso financeiro até a data de seu vencimento.

Dívida é o resultado de um empréstimo, que ao final do prazo estipulado o valor coletado deve ser devolvido com o acréscimo acrescido de juros. Normalmente, são realizados pagamentos periódicos ao longo do tempo do empréstimo, enquanto que o endividamento é considerado a soma do passivo (SILVA; SOUZA; FAJAN, 2015).

De acordo com Claudino, Nunes e Silva (2003), o endividamento é o saldo devedor de um valor total, significando que é a utilização de recursos de terceiros como meio de consumo ou de investimento. Ao se utilizar esse recurso é estabelecido o compromisso de devolução, com a data estabelecida, o montante de adquirido como empréstimo, normalmente acrescido de juros. O endividamento pode ser acompanhado pelo descumprimento do compromisso assumido, surgindo assim a inadimplência, ou seja, a falta de pagamento pontual dos compromissos financeiros do devedor. A situação mais grave que pode decorrer é o sobre endividamento, também conhecido como falência ou insolvência, consistindo nos casos em que o devedor está impossibilitado, de maneira duradoura ou estrutural, de realizar o pagamento de uma ou mais dívidas.

De acordo com a edição nº 6 da Série Cidadania Financeira realizada pelo Banco Central (2020) o endividamento ainda pode ser classificado como endividamento de risco, caso o tomador de crédito atenda a dois ou mais critérios entre os relacionados a seguir:

- a. inadimplente de parcelas de crédito, ou seja, atrasos superiores a 90 dias no cumprimento das obrigações creditícias;
- b. comprometimento da renda mensal com o pagamento do serviço das dívidas acima de 50%;
- c. exposição simultânea às seguintes modalidades de crédito: cheque especial, crédito pessoal sem consignação e crédito rotativo (multimodalidades);
- d. renda disponível (após o pagamento do serviço das dívidas) mensal abaixo da linha de pobreza.

Ainda, em pesquisa realizada pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) divulgada em fevereiro de 2020 foi identificado o aumento de 5,35% da inadimplência entre idosos de 65 a 84 anos e o aumento de 3,44% entre pessoas de 50 a 64 anos. Assim, torna-se ainda mais importante a realização do estudo ao tentar identificar uma correlação entre o nível de cidadania financeira dos aposentados e o seu nível de endividamento.

2.3. Cidadania Financeira

Segundo o portal Brasil Escola, cidadania é definido como o conjunto de “direitos e deveres exercidos por um indivíduo que vive em sociedade, no que se refere ao seu poder e grau de intervenção no usufruto de seus espaços e na sua posição em poder nele intervir e transformá-lo”. Sendo assim, a cidadania financeira é, portanto, a vertente da cidadania aplicada ao campo das finanças.

O termo foi utilizado pela primeira vez no ano de 2013 pelo Banco Central do Brasil, como uma forma de visualizar a inclusão e a educação financeira além da proteção ao consumidor que se utiliza de serviços financeiros. Em relatório sobre cidadania financeira publicado em 2018, o BCB definiu cidadania financeira como sendo “o exercício de direitos e deveres que permite ao cidadão gerenciar bem seus recursos financeiros”. Além disso, que para ser um cidadão financeiro, é necessário possuir quatro condições básicas:

- Inclusão financeira: diz respeito ao acesso aos serviços financeiros adequados às suas necessidades;
- Educação financeira: receber a oportunidade de aprimorar capacidades e autoconfiança para gestão de recursos financeiros;

- Proteção ao consumidor de serviços financeiros: possuir um ambiente de negócios confiável com simplicidade de informações e meios para soluções de conflitos.
- Participação: existência de canais onde seja debatido o funcionamento do sistema financeiro.

Para o BCB, a educação, proteção e inclusão financeira além de contribuir para a cidadania financeira, também contribui para a eficiência do Sistema Financeiro Nacional (SFN) com relação a manutenção econômica do país. Por conta de sua importância para o SFN, foi então criado o Programa de Cidadania Financeira. O programa busca focar no hábito da poupança e responsabilidade no uso do crédito, informação, formação e orientação sobre uso de serviços financeiros, canais de atendimento e resolução de conflitos e a indução de boas práticas de educação na oferta de serviços financeiros. Todos esses temas foram divididos em três tópicos gestão de finanças pessoais, relacionamento do cidadão com o SFN e, por fim, relacionamento das instituições financeiras com o cidadão.

O programa tem como um de seus pontos fundamentais a realização de pesquisas para ajudar a desenvolvê-lo. Para isso, foi aplicado em 2015, pelo BCB, em parceria com a Serasa Experian e o Ibope, uma pesquisa baseada em *Toolkit*, elaborada e incentivada pela Rede Internacional de Educação Financeira (Infe), no âmbito da OCDE (*Toolkit Infe/OCDE*). Segundo o BCB (2017), a pesquisa foi realizada por meio de entrevistas e foi composta por uma amostra de 2.002 pessoas maiores de dezesseis anos de idade e de todas as regiões do país. No documento são trazidos os principais resultados obtidos como meio de auxílio ao governo para o desenvolvimento de políticas públicas no quesito cidadania financeira. No relatório é possível notar que com relação aos uso de produtos e serviços financeiros que o produto mais utilizado é o cartão de crédito, seguido pelo carnê de lojas e, em terceiro lugar, a conta poupança.

Com relação aos resultados sobre a dimensão conhecimento de educação financeira é possível notar que o tema com menor acerto foi sobre juros compostos, seguido de inflação. Já sobre a dimensão atitude notou-se uma atitude positiva com relação às decisões financeira dos entrevistados. Em compensação, analisando a dimensão com relação ao comportamento, os resultados indicaram que a maioria das pessoas entrevistadas não realiza um orçamento familiar e tal hábito pode influenciar em diversas outras decisões financeiras, além de poder, também, acarretar no descontrole financeiro e no surgimento de dívidas.

A pesquisa ainda apresenta resultados que colaboram para a promoção da cidadania financeira no Brasil. O BCB (2017) afirma que, de acordo com os resultados da pesquisa, o Brasil precisa melhorar a qualidade financeira do cidadão em geral mas, especificamente, o resultado precisa ser focado também em alguns grupos específicos como mulheres e a população de baixa renda. Ainda são especificadas algumas ações que podem ser tomadas para incentivar a maior independência financeira das mulheres e ações que ajudem a população de baixa renda com o planejamento para a aposentadoria, garantindo a esse grupo uma maior tranquilidade financeira para quando estiverem aposentados.

Por fim, o BCB (2017) reconhece os desafios e afirma que continuará trabalhando para coletar dados e informações da população, analisá-los, avaliá-los e divulgá-los a fim de contribuir para a promoção da cidadania financeira de maneira ampla e adequada para a população brasileira.

2.3.1. Relatório de Cidadania Financeira

O Relatório de cidadania Financeira (RCF) é um instrumento criado em 2018 para substituir o Relatório de Inclusão Financeira (RIF). O documento foi criado como um meio de acompanhamento do progresso da inclusão financeira, educação financeira, proteção e participação do cidadão. A primeira edição do relatório foi publicada em 2018 e o idealizado pelo BCB é de que a sua divulgação seja feita a cada 3 anos. Nessa primeira edição do RCF, ainda foi apresentada uma proposta para o Índice de Cidadania Financeira (ICF). Esse índice compila diversos indicadores para transmitir com maior clareza a realidade das regiões do país.

O relatório foi dividido em duas partes: a primeira, que foi intitulada como Panorama da Cidadania Financeira, onde é apresentado o contexto geral da cidadania financeira; e a segunda parte, intitulada de Textos Relacionados. Nela são divulgados textos relacionados ao tema onde pretende-se aprofundar a compreensão e a análise do cenário.

A parte de Panorama da Cidadania Financeira foi dividida em quatro capítulos seguido pela conclusão. No primeiro, buscou-se entender se os cidadãos estão utilizando serviços financeiros sejam eles remotos (*internet banking*, *smartphones* e atendimento telefônico) ou fixos (agências e correspondentes bancários, máquinas de cartão e caixas eletrônicos), como é o acesso aos produtos de crédito e também foram analisados dados de relacionamento

bancário. No segundo capítulo buscou-se entender se a população está utilizando de maneira sustentável os seus recursos financeiros através da análise do uso de crédito, dos hábitos de poupança e da educação financeira no país. No terceiro, buscou-se entender se o cidadão está sendo ouvido pelas Instituições Financeiras (IFs) onde foram analisadas como as reclamações do cidadão com relação ao sistema financeiro são tratadas. Já o quarto e último capítulo tem como objetivo entender como pode ser acompanhada a evolução do contexto apresentado no relatório ao longo do tempo.

Os principais resultados obtidos pelo RCF foram os seguintes:

Figura 2 - Resultados obtidos no Relatório de Cidadania Financeira



Fonte: Banco Central

2.3.2. Índice de Cidadania Financeira

Abordado como tópico no RCF (2018), o ICF tem como objetivo definir os principais indicadores para retratar o nível de cidadania financeira no Brasil. É destacado no relatório que o ICF pode ser compreendido como “um indicador agregado, capaz de mostrar tendências gerais, bem como permitir comparação entre unidades geográficas como forma de verificar avanços e entraves em cada uma das diferentes unidades da Federação”. Portanto, o ICF busca avaliar as principais características das dimensões de cidadania financeira, traduzindo o resultado do nível de cidadania em uma escala numérica. É importante esse acompanhamento numérico, para que possam ser traçadas metas quantificáveis para o seu avanço e que para seja facilitada a análise dos dados.

Para a mensuração do índice são utilizadas duas das quatro dimensões da cidadania financeira, são elas: inclusão financeira e educação financeira. As outras duas dimensões, participação e proteção do consumidor, não são utilizadas visto que há um desafio maior em mensurá-las para que possam fazer parte do ICF. Sendo assim, o ICF se utiliza de treze indicadores, nove são considerados para o Índice de Inclusão Financeira (IIF) e os outros quatro para o Índice de Educação Financeira (IEF).

Figura 3 - Indicadores de cidadania financeira

Indicadores do Índice de Inclusão Financeira (IIF)	Indicadores do Índice de Educação Financeira (IEF)
- Quantidade de pontos de atendimento por 10 mil adultos	- Inadimplência da carteira de crédito – Total – %
- Quantidade de POSs por 10 mil adultos	- Indicador de endividamento PF (sem imobiliário)
- Percentual da população com acesso à internet	- Percentual da população adulta que contribui para o INSS**
- Percentual de adultos com relacionamento bancário	- Depósitos <i>per capita</i>
- Percentual de adultos tomadores de crédito	
- Taxa média de juros das operações de crédito com recursos livres – Pessoas físicas – Crédito pessoal não consignado – % a.a.	
- População inscrita no Cadastro Único* com relacionamento com instituições financeiras – %	
- População inscrita no Cadastro Único com cartão de crédito na modalidade à vista/parcelado lojista – %	
- Inscritos no Cadastro Único com operações de crédito – %	

Fonte: Banco Central

É importante frisar que o BCB afirma no Relatório de Cidadania Financeira (2018) que o ICF está em constante evolução, para que o índice possa útil ao direcionar esforços e corrigir os caminhos para fortalecer cada vez mais o índice de cidadania financeira no país.

2.4. Aposentadoria

A aposentadoria nada mais é do que a saída do trabalho regular, podendo estar ligada a motivos de idade, ou por motivos de saúde. É ainda, segundo Silva, Almeida e Moraes (2012) uma realidade assustadora para a maioria das pessoas sob o ponto de vista psicológico e social já que ao mesmo tempo que passa uma sensação de liberdade, também existe a sensação de exclusão, podendo levar a depressão e outras doenças.

No caso da aposentadoria por idade pelo INSS, é realizada uma remuneração mensal após mensal do cidadão ao longo de sua vida como trabalhador. Com relação aos proventos, existe um limite mensal para os trabalhadores do setor privado, chegando a um limite estipulado pelo INSS, atualmente R\$ 6.101,06. Já no setor público, políticos e funcionários podem se encontrar em situações variadas, recebendo muitas vezes valores acima do limite estabelecido.

É importante, portanto, o planejamento financeiro e o investimento de recursos ao longo da vida para que seja garantido uma remuneração mensal que possa ser maior do que os valores pagos pela previdência social para se manter o padrão de vida que o cidadão já está acostumado já que, como visto anteriormente, apenas 1% dos aposentados são independentes financeiramente. Uma das maneiras de se investir dinheiro ao longo da vida além da previdência social, é através da previdência privada.

2.4.1. Previdência Social

A previdência social foi, em 1988, constituída por meio da Carta Magna da Constituição Federal, garantindo, em meio a diversos direitos, a os cidadãos brasileiros o direito a seguridade social. Portanto, a previdência social é o órgão responsável por garantir aos trabalhadores, independentemente do setor, direitos ligados à saúde e a seguridade social.

De acordo com Temer, Souza, Alvim e Grapiuna (apud Marisa Ferreira dos Santos, 2013), a previdência social trata-se de

“[...] normas de proteção social, destinadas a prover o necessário para a sobrevivência com dignidade, que se concretizam quando o indivíduo, acometido de doença, invalidez, desemprego, ou outra causa, não tem condições de prover seu sustento ou de sua família. É com a proteção dada por uns dos institutos componentes da seguridade social que se garantem os mínimos

necessários à sobrevivência com dignidade, à efetivação do bem-estar, à redução das desigualdades, que conduzem à justiça social.”

Atualmente, a previdência se divide em dois regimes, sendo eles Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). O primeiro está ligado aos trabalhadores contratados em regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), regendo a maior parte das relações trabalhistas e, basicamente inclui os profissionais do setor privado. Já o regime RPPS é associado a entidades públicas ou fundos de pensão específicos e é composto principalmente por servidores públicos, sejam eles municipais, estaduais ou federais.

De acordo com a nova Reforma da Previdência aprovada em 2019, é possível se aposentar por meio de uma das três regras existentes. São elas: tempo de contribuição, idade e invalidez.

a) Tempo de Contribuição

A nova Reforma Previdenciária estabelece para a aposentadoria de um trabalhador de RGPS é necessário que as mulheres contribuam por um mínimo de 15 anos, enquanto os homens precisam contribuir por um mínimo de 20 anos de pagamento à Previdência. Já o trabalhador de RPPS precisa para se aposentar atingir um mínimo de 25 anos à previdência social, sendo 10 desses anos no serviço público e 5 anos no cargo em que se aposentará.

b) Idade

No caso da regra de idade, é necessário atingir uma idade mínima. No caso dos homens é necessário que se atinja 65 anos e que tenha contribuído por, no mínimo, 20 anos para a previdência. Já no caso das mulheres, é necessário que a idade mínima seja de 62 anos com um tempo mínimo de contribuição de 15 anos.

c) Invalidez

A aposentadoria por invalidez é uma modalidade especial que é concedida a pessoas que estão impossibilitadas de trabalhar. Nesse caso, serão beneficiadas pessoas que sofreram acidentes de trabalho com sequelas irreversíveis e/ou pessoas que possuem doenças incapacitantes. Para o caso dessas pessoas, é necessário que se tenha contribuído por, ao menos, 12 meses e é necessário que seja contribuinte ativo no momento da incapacidade. É necessário ainda, que se passe por perícia para que o benefício seja concedido.

A maioria dos brasileiros utiliza o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) como meio de aposentadoria, mas, por haver um teto de pagamento, muitas pessoas recorrem a outras alternativas de investimento ao longo da vida para que tenha um valor complementar durante a aposentadoria, sendo que uma dessas alternativas é a previdência privada. Dessa maneira, ao se aposentarem, essas pessoas não têm uma queda significativa de sua renda.

2.4.2. Previdência Privada

A previdência privada é um tipo de aposentadoria que não está ligada ao sistema do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), complementando a renda pela previdência pública. Toda e qualquer previdência privada é fiscalizada por um órgão do governo federal, a Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Ela é uma alternativa para a manutenção do padrão de vida durante a aposentadoria. Como no Brasil existe um limite máximo a ser recebido pela previdência social, quem deseja receber acima do teto pode contratar a opção da previdência privada. Podendo ser empresarial ou individual, os planos funcionam como fundos e deles sairá o benefício ao participante. Se divide em duas classes, aberta (bancos ou corretoras) ou fechada (fundos de pensão).

2.4.2.1. Previdência privada fechada

A previdência privada fechada funciona como um plano contratado por uma empresa e destinado aos seus funcionários e, por se tratar normalmente de um grupo grande de pessoas, é assegurada uma taxa de administração mais baixa. Segundo Póvoas (2000, p.259), tal sistema “engloba as organizações de empregadores, que por si só ou agrupados, criam operadoras para proporcionarem, exclusivamente, aos respectivos empregados, planos de benefícios previdenciários”.

2.4.2.2. Previdência privada aberta

A previdência aberta, diferentemente da fechada, é caracterizada pelo modelo individual, ou seja, um modelo privado e facultativo de previdência destinado a qualquer pessoa que sinta a necessidade e queira aderir a um fundo de aposentadoria. Segundo a Associação Nacional de Previdência Privada (ANAPP), a previdência privada aberta é

composta por entidades classificadas como sem fins lucrativos e com fins lucrativos, sendo que são organizadas, respectivamente, na forma de sociedades civis e sociedades anônimas”.

De acordo com a Susep, existem cinco tipos de plano de benefícios oferecidos pela previdência privada: Renda por Sobrevivência, Renda por Invalidez, Pensão por Morte, Pecúlio por Morte e Pecúlio por Invalidez. Existem dois planos de previdência privada, o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e o Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), conforme apresentado abaixo:

d) PGBL

Esse tipo de previdência é recomendado às pessoas que fazem a declaração de IR de maneira completa já que com esse plano, é possível de deduzir até 12% do IR para a previdência. Essa valor não é pago de imediato, mas é pago no futuro, quando for realizado o saque do benefício.

e) VGBL

Diferentemente da PGBL, esse tipo de previdência é recomendado às pessoas que fazem a declaração de IR de maneira simplificada e nela não há a mesma dedução no IR que o tipo anterior. Ambos os tipos (PGBL e VGBL) estão sujeitos à taxas de administração, que funciona da mesma maneira que nos fundos de investimento, assim como também está sujeito à taxa de carregamento – valor descontado das contribuições realizadas pelo investidor durante o período de acumulação que remunera os envolvidos na gestão e distribuição dos planos de previdência.

Os dois tipos de previdência também possuem incidência de IR, podendo ele ser regressivo ou progressivo. O primeiro leva em consideração o prazo de permanência na aplicação, beneficiando as aplicações de prazos mais longos. Já o segundo, utiliza a mesma tabela que o INSS, onde o imposto incide sobre o valor aplicado, quanto maior o valor, maior a incidência do imposto.

Tabela 1 - Tabela Regressiva de Imposto de Renda.

Permanência no Plano	Alíquota de IR
Até 2 anos	35%
De 2 a 4 anos	30%
De 4 a 6 anos	25%
De 6 a 8 anos	20%
De 8 a 10 anos	15%
Acima de 10 anos	10%

Fonte: Autoria própria

Tabela 2 - Tabela Progressiva de Imposto de Renda

Renda Mensal	Alíquota de IR
Até R\$ 1.903,98	0%
De R\$ 1.903,99 a R\$ 2.826,65	7,5%
De R\$ 2.826,66 a R\$ 3.751,05	15%
De R\$ 3.751,06 a R\$ 4.664,68	22,5%
Acima de R\$ 4.664,69	27,5%

Fonte: Autoria própria

Portanto, para uma pessoa que procura fazer o investimento de curto prazo é mais recomendado um fundo que incida o IR de forma progressiva e, para os de longo prazo, são indicados os de forma regressiva. No próximo capítulo serão explanados os métodos aplicados a serem utilizados neste trabalho.

3. METODOLOGIA

3.1. Tipo de Pesquisa

De acordo com Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa científica consistem em buscar conhecimento através de procedimentos que apresentem resultados confiáveis. Existem diversas maneiras de se classificar uma pesquisa, podendo ser do ponto de vista da natureza, dos objetivos, dos procedimentos técnicos e do ponto de vista da abordagem, segundo a tabela a seguir:

Tabela 3 - Classificação da Pesquisa.

Quanto à Natureza	Pesquisa básica
	Pesquisa aplicada
Quanto aos Objetivos	Pesquisa exploratória
	Pesquisa descritiva
	Pesquisa explicativa
Quanto aos Procedimentos Técnicos	Pesquisa bibliográfica
	Pesquisa documental
	Pesquisa experimental
	Levantamento (Survey)
	Pesquisa de campo
	Estudo de caso
	Pesquisa <i>ex-post-facto</i>
	Pesquisa-ação
	Pesquisa participante
Quanto a Abordagem	Pesquisa qualitativa
	Pesquisa quantitativa

Fonte: Adaptado de Prodanov e Freitas (2013)

A pesquisa em questão pode ser classificada quanto a sua natureza como aplicada, já que busca gerar conhecimentos para a aplicação prática com o objetivo de solucionar problemas específicos. Quanto ao seu objetivo, pode ser considerada como descritiva já que, segundo Minayo (1993), procura descrever as características de determinada população ou o

estabelecimento de relações entre variáveis, além de envolver o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionário e observação sistemática.

Já com relação à sua abordagem, a pesquisa pode ser definida como quantitativa, já que busca traduzir em números as opiniões e as informações a fim de se tornar possível a sua análise e a sua classificação.

Por fim, a pesquisa classifica-se quanto aos procedimentos técnicos como um levantamento (*Survey*) porque em procedimentos desse tipo, busca-se conhecer o comportamento das pessoas através de questionários. Segundo Gil (2008) esse tipo de estudo não é indicado para aprofundamento de aspectos mais complexos, mas são úteis para expor problemas menos delicados. Após a obtenção dos resultados obtidos através dos questionários é feita uma análise quantitativa para se obter conclusões acerca dos dados.

De acordo com Prodanov e Freitas (2013), é descrita uma sequência de 8 passos que devem ser seguidos para a estruturação que as pesquisas desse tipo devem adotar:

- I. Especificação dos objetivos;
- II. Operacionalização dos conceitos e das variáveis;
- III. Elaboração do instrumento de coleta de dados;
- IV. Pré-teste do instrumento (se aplicável);
- V. Seleção da amostra;
- VI. Coleta e verificação dos dados;
- VII. Análise e interpretação dos dados;
- VIII. Apresentação dos resultados.

3.2. Descrição do Método de Coleta de Dados

Para a realização da pesquisa, o método que se pretende utilizar para a obtenção dos resultados para posterior análise é a aplicação de questionário. Esse método, segundo Bryman (1988), é como uma ferramenta de obtenção de dados que serão utilizados a fim de responder uma hipótese ou teoria que se pretende comprovar, sendo que a aplicação de questionários busca apresentar resultados de uma amostra da população.

Prodanov e Freitas (2013) afirmam que entre as vantagens da utilização deste método, está a facilidade para o público em análise responder as questões propostas, pois se trata de uma pesquisa mais objetiva. Ademais, outra característica positiva é a facilidade de se transformar os dados coletados em análises mais visuais, a partir do uso de gráficos e *dashboards*.

Para esta pesquisa, aplicou-se um questionário (ANEXO I) entre pessoas já aposentadas, com o objetivo de definir o perfil desse público, contendo perguntas relacionadas às características pessoais, uso de serviços financeiros, canais de acesso e meios de pagamento, educação financeira, poupança, resiliência, ocorrência e resolução de problemas e, por fim, endividamento.

3.3. População e Amostra

Gil (2008) afirma que é impossível considerar todos os resultados obtidos com a realização da pesquisa e que por isso é necessário determinar uma amostra de resultados. Segundo Herling, Moritz e Costa (2012) a amostra deve ser criteriosamente escolhida para que a pesquisa seja utilizada de maneira correta e possa ser validada, além de ser necessário que a amostra escolhida represente de maneira adequada a problemática abordada.

Gil (2008) ainda explica que os resultados obtidos com a amostra serão projetados para o universo em sua totalidade e, para isso, deverão ser realizados cálculos estatísticos que considerem uma margem de erro. Para isso, o autor ainda descreve a seguinte equação para o cálculo de amostras para populações finitas:

$$n = \frac{Z^2 * p * q * N}{e^2 * (N - 1) + Z^2 * p * q}$$

Onde,

n = Tamanho da amostra (quantidade de pessoas);

Z = Nível de confiança escolhido (desvio-padrão). São comuns: 90% = 1,65; 95% = 1,96; 99% = 2,58.

e = Margem de erro da pesquisa. São comuns: 10%, 5% ou 3%.

N = Tamanho da população;

p = Percentagem verificada pelo fenômeno;

q = Percentagem complementar.

Para a pesquisa, foi considerada a população brasileira de cidadão já aposentados que, em 2019, se encontrava em 30,7 milhões de pessoas segundo o IBGE. Para determinar a amostra foi considerado um erro amostral de 10%, um nível de confiança de 95% e como não foi estabelecida anteriormente a porcentagem com a qual o fenômeno é verificado, considerou-se p com o seu valor máximo, 50. Assim, a amostra ideal identificada foi de 97 aposentados.

A amostra foi dividida em dois grupos, o grupo de pessoas com endividamento de risco e pessoas sem esse grau de endividamento. Para a definição dos grupos, foi utilizada a classificação do BCB como visto anteriormente pelos critérios: pessoas com mais de 50% da renda mensal comprometidas com dívidas e a exposição a três ou mais modalidades de crédito concomitantes. Assim, o objetivo da pesquisa é comparar as respostas entre os cidadãos com e sem endividamento de risco para verificar se existe relação com o nível de cidadania financeira de ambos.

3.4. Descrição da Coleta de Dados

Após a aplicação do questionário foi identificado que, dentre as 121 respostas, 7 respondentes se encaixam no grupo de endividamento de risco, enquanto os outros 114 não pertencem a esse grupo. Os dados obtidos foram compilados e exportados para uma planilha na ferramenta *Microsoft Excel* e, depois, foram organizados em acordo com as variáveis da pesquisa.

Posteriormente à organização dos dados, foi realizada a análise descritiva deles, além de ter sido analisada as suas frequências e então criados gráficos e tabelas. Ao final, através do *software BioEstat 5.0* procedeu-se para a realização de análises estatísticas.

3.5. Análise Estatística

No trabalho, foi aplicada a análise estatística para a tentativa de comprovar se as respostas entre os dois grupos são estatisticamente diferentes. Assim, buscou-se compreender se existe uma relação entre o nível de cidadania financeira e o fato de as pessoas estarem em situação de endividamento de risco, ou não. Portanto, as hipóteses a serem testadas foram:

- H0 (hipótese nula): Não existem diferenças significativas entre os dois grupos, portanto, não há uma diferença entre o nível de cidadania financeira do grupo considerado como endividamento de risco do grupo que não possui essa característica.
- H1 (hipótese alternativa): Existe diferença sobre o comportamento dos dois grupos. Neste caso, os aposentados considerados como endividamento de risco possuem um menor nível de cidadania financeira, diferentemente dos aposentados que não foram considerados como endividamento de risco.

Para a análise estatística foram utilizados testes não-paramétricos visto que, segundo Dantas (2008, p. 670), tais testes são mais indicados para se comprovar uma hipótese de que dois grupos independentes diferem com relação a uma determinada característica. O teste não paramétrico escolhido para a análise estatística foi o teste exato de Fisher. O teste de Fisher é utilizado para dados discretos, sejam eles nominais ou ordinais, quando o tamanho das amostras é muito pequeno, como é o caso da amostra a ser analisada. Após a definição dos testes, as análises foram então realizadas através do *software* BioEstat 5.0 considerando significativo p-valor $<0,05$. Portanto, nesse caso a hipótese nula será rejeitada caso p-valor $<0,05$.

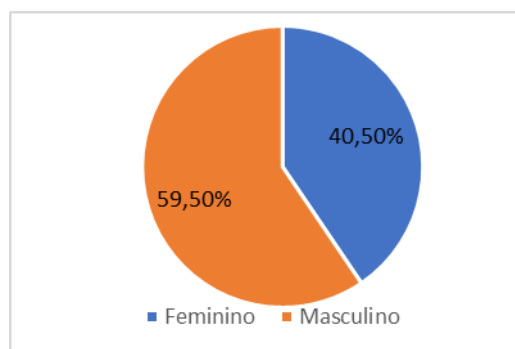
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1. Perfil Socioeconômico

Nesta primeira parte do questionário teve a intenção de entender o perfil dos participantes da pesquisa.

Com relação à toda a amostra selecionada, é possível observar pelo gráfico 1 abaixo, que ela é composta majoritariamente por pessoas que se identificam com o gênero masculino, representando 59,5% dos entrevistados, enquanto 40,5% dos entrevistados se identificam com o gênero feminino.

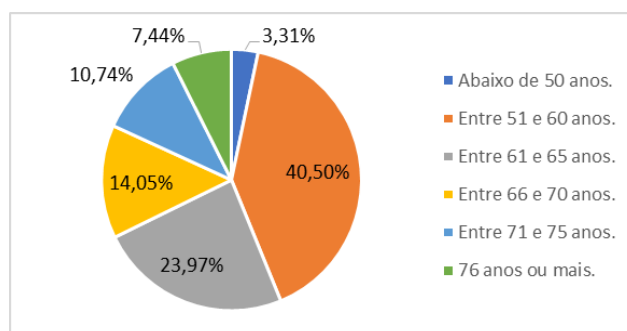
Gráfico 1 - Gênero dos entrevistados



Fonte: Autoria Própria

No que diz respeito à faixa etária, observando o gráfico 2, é possível notar que a maioria, 55,90%, dos entrevistados está acima de 60 anos de idade, enquanto a minoria, somente 3,31% dos participantes, estão abaixo de 50 anos de idade.

Gráfico 2 - Faixa Etária



Fonte: Autoria Própria

Por ter sido um questionário divulgado para pessoas de diferentes localidades do país, é possível verificar na tabela 4 o estado de residência dos entrevistados.

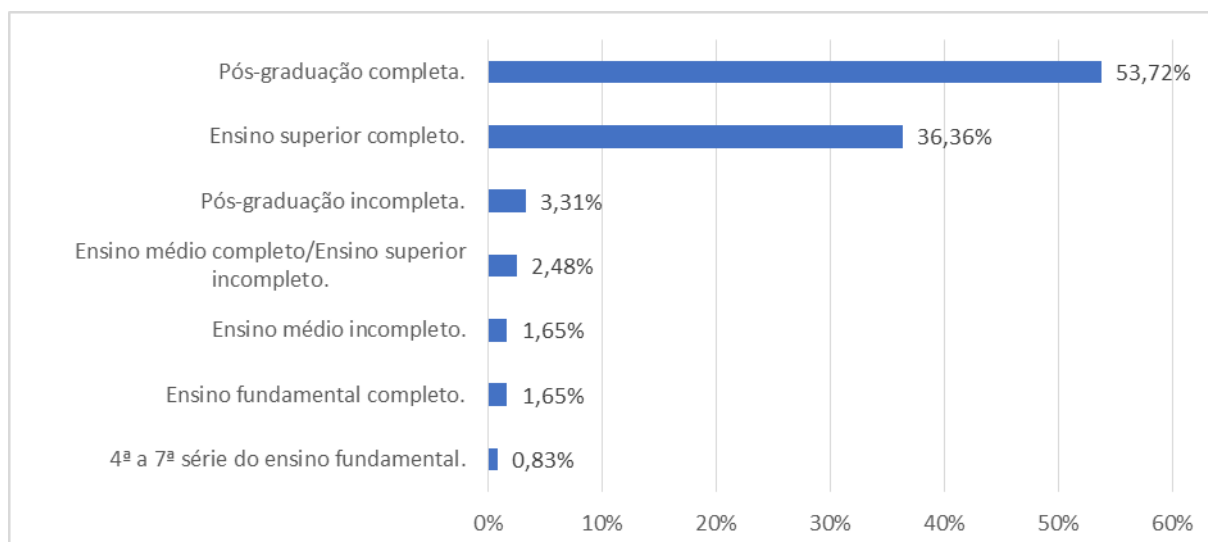
Tabela 4 - Estado de Residência

Estado	Quantidade de Respostas	% do Total
AM	1	0,83%
BA	5	4,13%
DF	54	44,63%
MG	7	5,79%
PB	1	0,83%
PR	16	13,22%
PE	4	3,31%
RJ	15	12,40%
RN	1	0,83%
RS	4	3,31%
SC	3	2,48%
SP	9	7,44%
TO	1	0,83%
Total de Respostas	121	100,00%

Fonte: Autoria Própria

Em relação ao grau de escolaridade é possível observar no gráfico 3 que 93,39% dos respondentes possuem grau superior, o que é uma alta porcentagem, considerando que em dados da PNAD, divulgada pelo IBGE em 2019, somente 17,4% da população possuía ensino superior completo.

Gráfico 3 - Grau de Escolaridade



Fonte: Autoria Própria

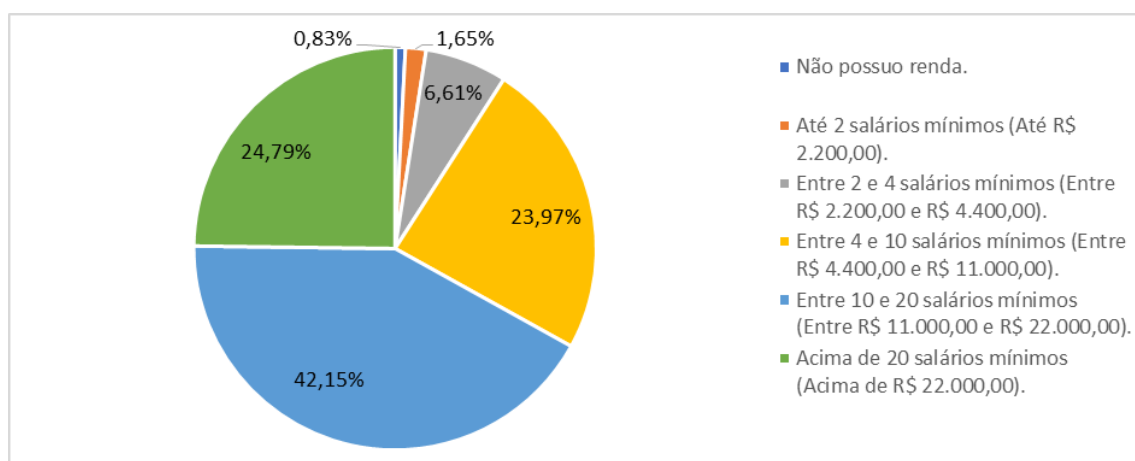
Com relação à renda individual dos entrevistados, considerando que o salário mínimo possui em 2021 o valor de R\$ 1.100,00 e, de acordo com Rosa (2015), a divisão de classes sociais por faixa de salário mínimo (tabela 5), os resultados presentes no gráfico 3 mostram que a maioria dos entrevistados se encaixa na classe B.

Tabela 5 - Classificação de classes sociais por faixa de salário mínimo

Classe	Renda Familiar (em salários mínimos)
A	Acima de 20 salários mínimos
B	De 10 a 20 salários mínimo
C	De 4 a 10 salários mínimos
D	De 2 a 4 salários mínimos
E	Até 2 salários mínimos

Fonte: Rosa (2015)

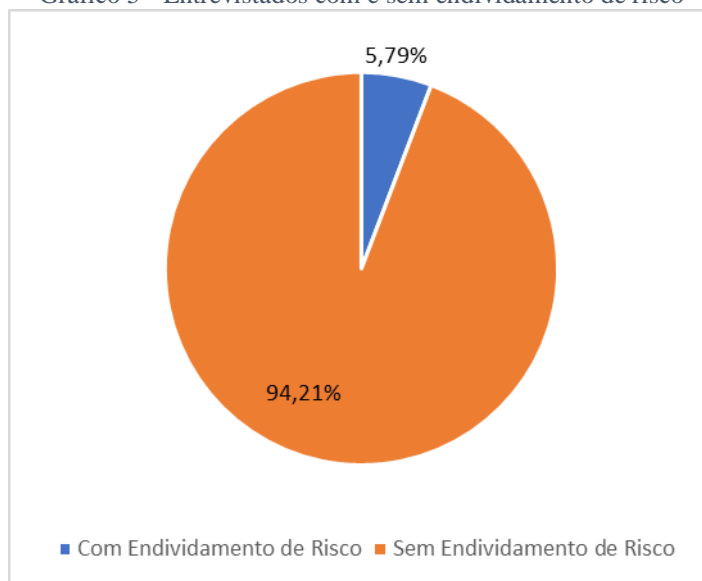
Gráfico 4 - Renda Individual Mensal



Fonte: Autoria Própria

Os participantes do estudo foram, ao todo, 121 pessoas. As amostras foram divididas em dois grupos, sendo um composto por aposentados que foram classificados como endividamento e risco e o outro de aposentados que não foram classificados com esse tipo de endividamento. É possível notar pelo gráfico 5 que, do total de entrevistados, 7 (5,79%) pertenciam ao grupo de endividamento de risco e 114 (94,21%) não possuíam tal tipo de endividamento. Esse resultado se aproxima do resultado obtido na Série Cidadania Financeira nº6 (2020) onde foi identificado que a população brasileira classificada com endividamento de risco representa 5,4% do seu total.

Gráfico 5 - Entrevistados com e sem endividamento de risco



Fonte: Aatoria Própria

4.2. Uso de Serviços Financeiros

As perguntas relacionadas ao uso de serviços financeiros buscaram fornecer indícios sobre o nível de inclusão financeira das pessoas. Segundo o BC, define-se inclusão financeira como “processo de efetivo acesso e uso pela população de serviços financeiros adequados às suas necessidades, contribuindo com sua qualidade devida” (RIF 2015).

Nesta parte do questionário, buscou-se entender melhor sobre o conhecimento de produtos financeiros, utilização, critério para a escolha da utilização dos produtos, satisfação com relação aos serviços financeiros e o uso do cartão de crédito. Dessa maneira, é possível notar pela tabela 6 que entre todos os entrevistados, a utilização dos produtos financeiros mais citados foram conta corrente (97%), seguido de cartão de crédito (94%) e, em terceiro lugar, seguro (77%). É possível notar também que a maioria dos entrevistados conheciam todos os produtos financeiros citados abaixo.

Tabela 6 - Uso de Produtos Financeiros

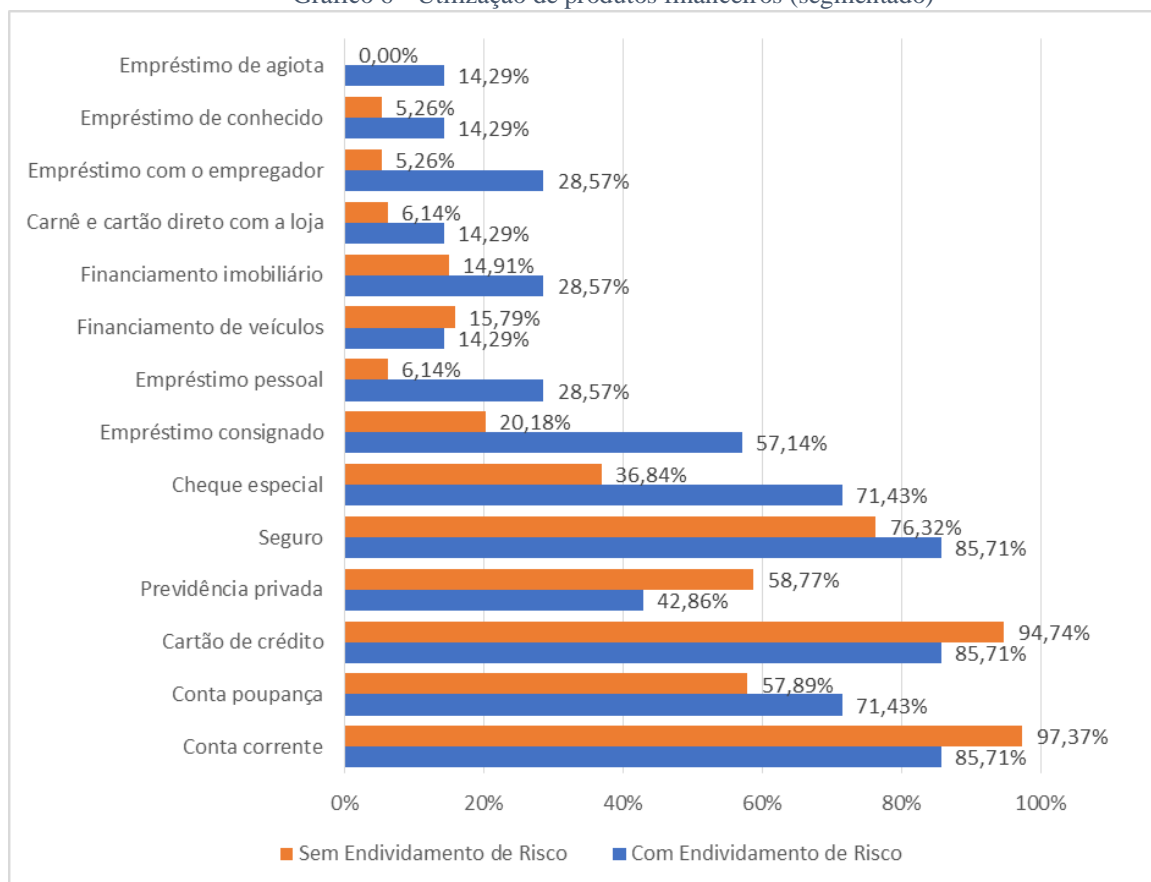
Produtos Financeiros	Conhece?	Utiliza?
Conta corrente	100,0%	96,7%
Conta poupança	97,5%	58,7%
Cartão de crédito	99,2%	94,2%
Previdência privada	91,7%	57,9%
Seguro	98,3%	76,9%

Cheque especial	94,2%	38,8%
Empréstimo consignado	90,9%	22,3%
Empréstimo pessoal	91,7%	7,4%
Financiamento de veículos	91,7%	15,7%
Financiamento imobiliário	91,7%	15,7%
Carnê e cartão direto com a loja	89,3%	6,6%
Empréstimo com o empregador	78,5%	6,6%
Empréstimo de conhecido	73,6%	5,8%
Empréstimo de agiota	63,6%	0,8%

Fonte: Autoria Própria

Ao dividir a utilização entre o grupo de pessoas com endividamento de risco e o grupo de pessoas sem endividamento de risco, é possível visualizar a utilização dos serviços financeiros dos dois grupos. É interessante notar que com exceção de alguns produtos financeiros (financiamento de veículos, previdência privada, cartão de crédito e conta corrente), todos os outros são mais utilizados pelas pessoas que foram identificadas como endividamento de risco como pode ser visualizado no gráfico 6. Ao se aplicar a análise estatística não foi possível notar uma diferença significativa entre os dois grupos. A análise estatística pode ser visualizada na tabela 10, presente no ANEXO II.

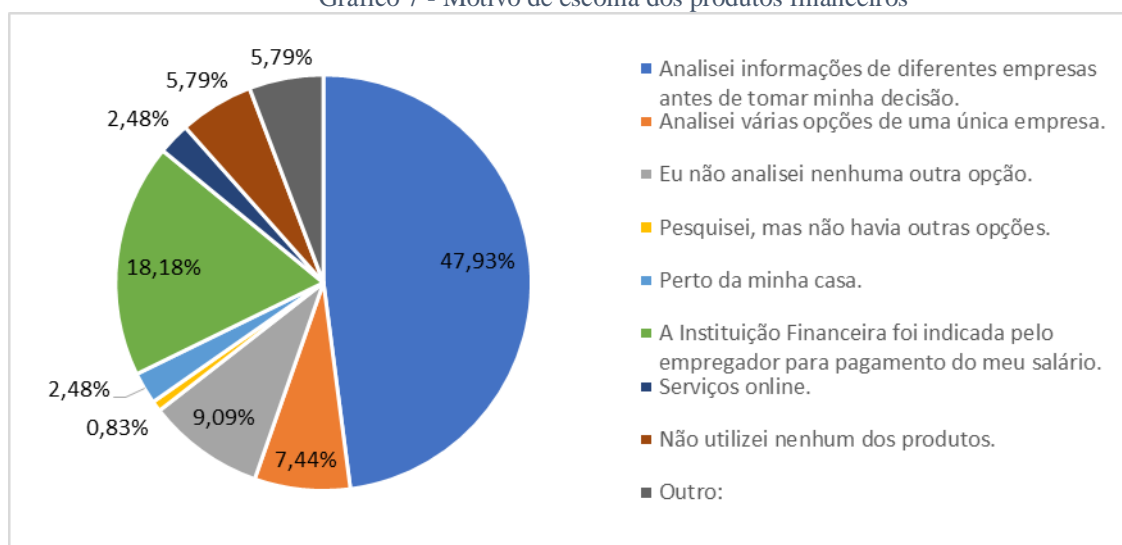
Gráfico 6 - Utilização de produtos financeiros (segmentado)



Fonte: Autoria Própria

Sobre a escolha de utilização dos produtos financeiros anteriores, é visível no gráfico 7 que a alternativa que representa a escolha da maioria dos respondentes foi “Analisei informações de diferentes empresas antes de tomar minha decisão”. Tal resultado demonstra um comportamento positivo dos entrevistados, já que eles procuraram informações sobre os produtos antes de optarem pela sua escolha. Aos analisar os dois grupos separadamente, como pode ser visto na tabela 11 no ANEXO II, não foram identificadas diferenças significativas.

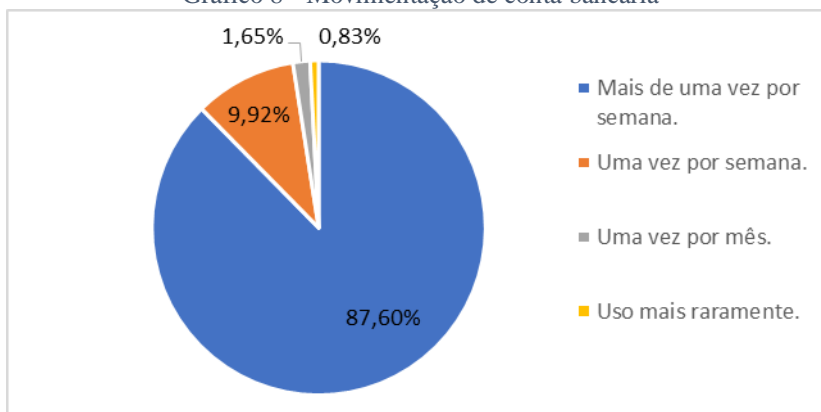
Gráfico 7 - Motivo de escolha dos produtos financeiros



Fonte: Autoria Própria

De acordo com o Banco Central, no Relatório de Cidadania Financeira (2018), a obtenção de contas é relevante para avaliar a inclusão financeira. Contudo, além da obtenção de contas, é necessário saber se as pessoas a estão utilizando. Segundo os resultados do questionário, todos os entrevistados possuem conta bancária corroborando para um índice positivo com relação a inclusão financeira. No gráfico 8 é possível visualizar a frequência de movimentação de contas e nota-se que a maioria das pessoas movimentam a conta com uma boa frequência e somente 0,83% dos entrevistados a movimentam mais raramente.

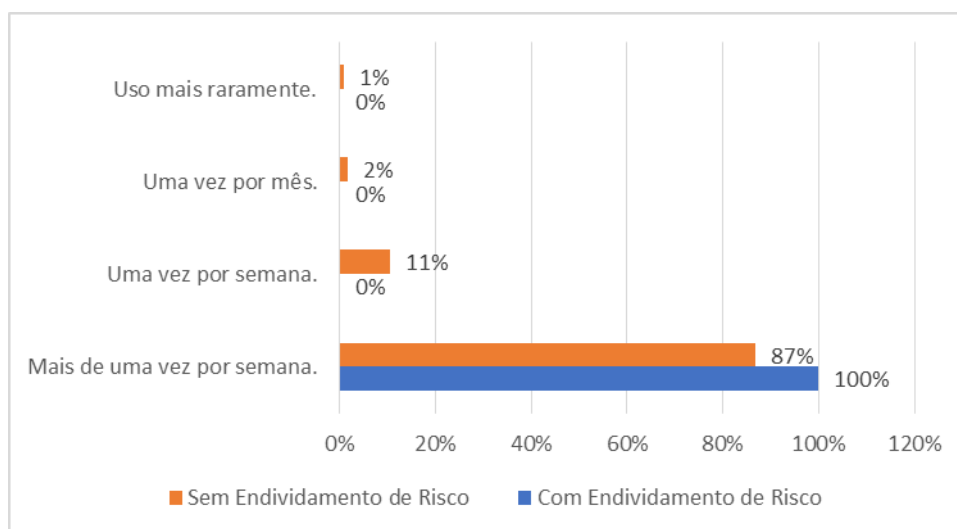
Gráfico 8 - Movimentação de conta bancária



Fonte: Autoria Própria

Analisando os resultados segmentados pelos grupos previamente divididos, nota-se pelo gráfico 8 que as pessoas que utilizam a conta com menor frequência pertencem às pessoas que não foram identificadas como endividamento de risco, enquanto todos do grupo classificado como positivo para o critério, utilizam suas contas bancárias mais de uma vez por semana. Ao realizar a análise estatística do grupo, visível na tabela 12 do ANEXO II, não foi possível identificar uma diferença significativa entre os dois grupos.

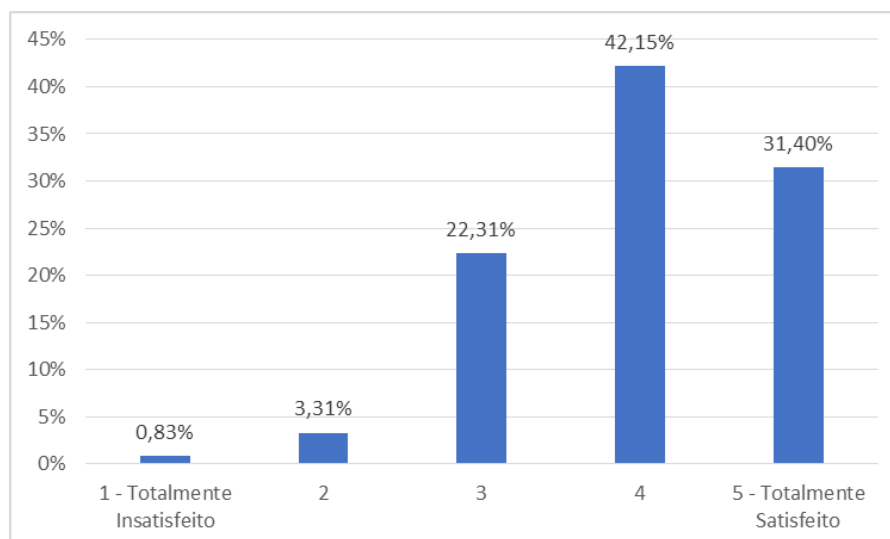
Gráfico 9 - Movimentação de conta bancária (segmentado)



Fonte: Autoria Própria

No que diz respeito à satisfação com os serviços financeiros, ao sinalizarem em uma escala de 1 a 5, sendo 1 como totalmente insatisfeito e 5 como totalmente satisfeito, foi obtido como resposta média o valor 4, identificando uma certa satisfação de todos os entrevistados com o atendimento e serviços de seus bancos. A distribuição do resultado total pode ser visualizada abaixo no gráfico 10.

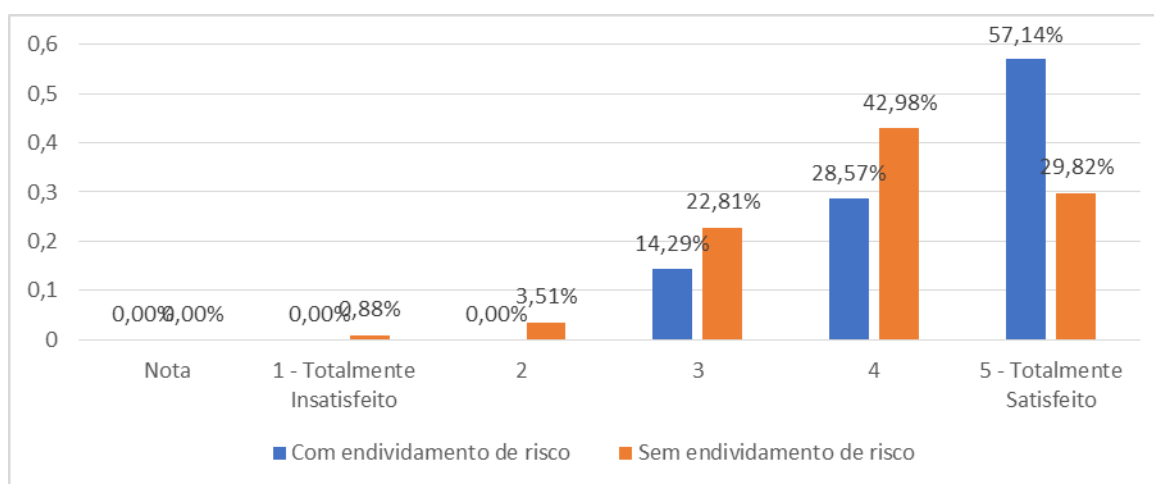
Gráfico 10 - Satisfação com atendimento e serviços financeiros



Fonte: Autoria Própria

Ao segmentar as respostas pelos grupos de respondentes analisados, é possível notar através do gráfico 11 que a maioria das pessoas com endividamento de risco estão totalmente satisfeitas com o atendimento e serviços bancários. Analisando estatisticamente as respostas distribuídas pelos grupos em análise não foram observadas diferenças significativas entre os mesmos. Os dados da análise estatísticas podem ser encontrados na tabela 13 do ANEXO II.

Gráfico 11 - Satisfação com atendimento e serviços financeiros (segmentado)

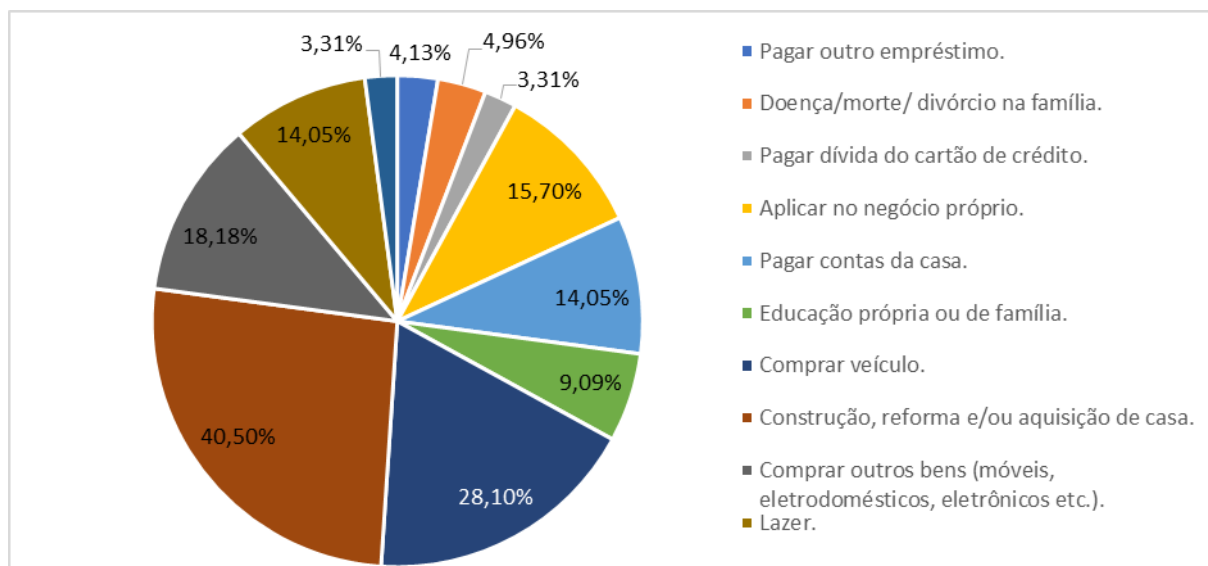


Fonte: Autoria Própria

Com relação ao uso de crédito, foi realizada a pergunta com relação a quais motivos levariam as pessoas a utilizarem dinheiro de crédito. O motivo que foi apresentado com maior frequência foi “Construção, reforma e/ou aquisição de casa”, citado por 40,50% dos

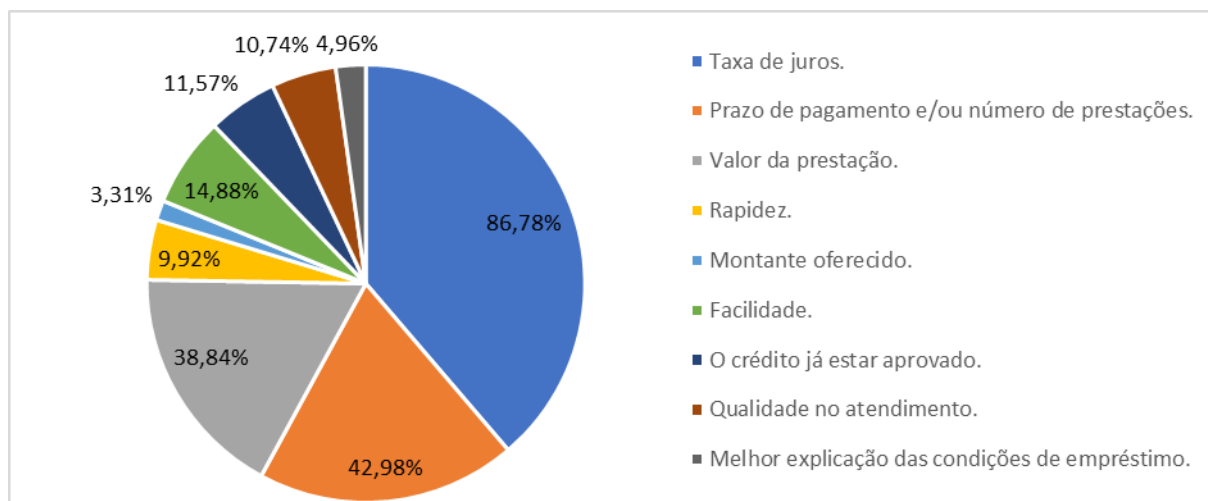
respondentes como pode ser observado no gráfico 12. Já com relação ao motivo que é mais importante para as pessoas na hora de contratar um empréstimo e/ou financiamento, é possível observar no gráfico 13 que a opção “Taxa de Juros”, sendo citada por 86,78% dos participantes.

Gráfico 12 - Motivo para utilização de empréstimo



Fonte: Autoria Própria

Gráfico 13 - Fatores para decisão de empréstimo

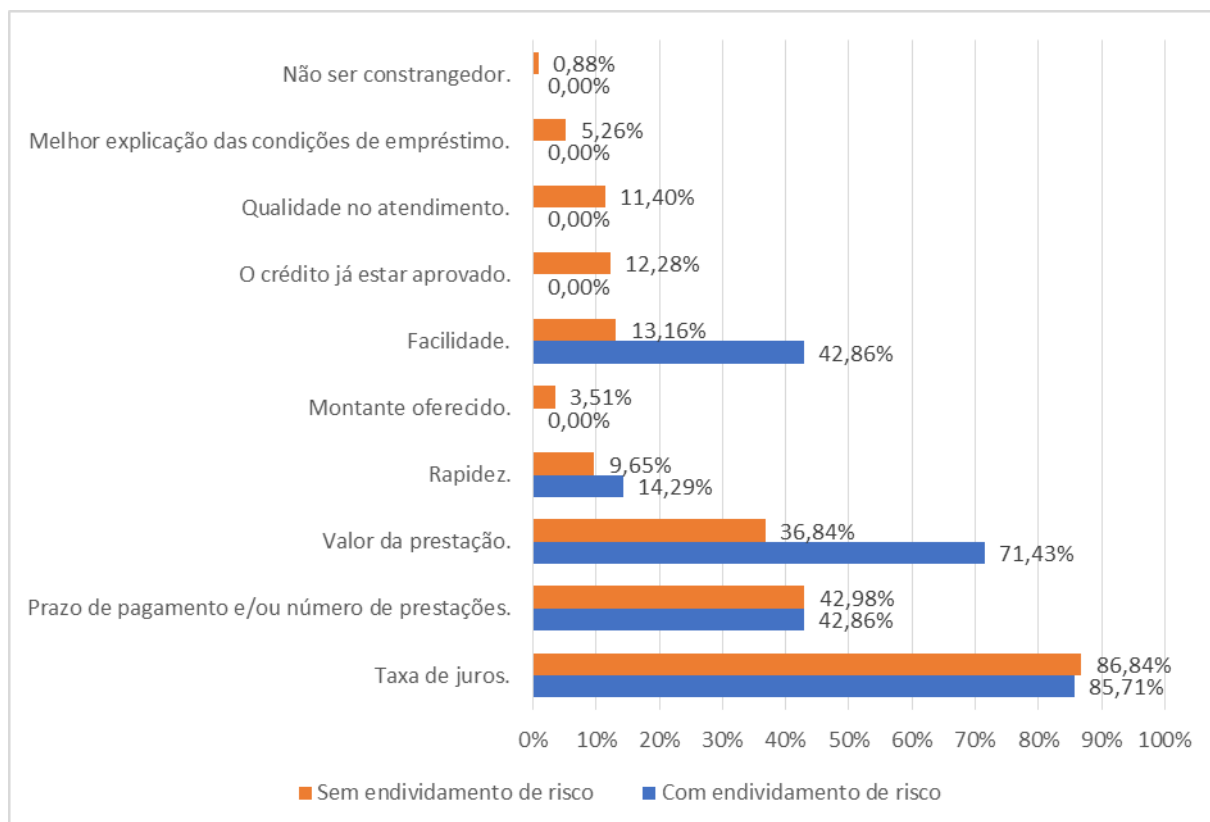


Fonte: Autoria Própria

Ao segmentar os fatores para decisão do empréstimo entre os grupos em análise, e ao fazer a análise estatística dos mesmos (tabela 14 do ANEXO II), foi possível notar que não

existiram diferenças significativas entre os grupos. Também é possível notar através do gráfico 14 que temas importantes para a cidadania financeira como taxa de juros e prazo de pagamento e/ou número das prestações obtiveram valores equivalentes entre os dois grupos como fatores decisórios.

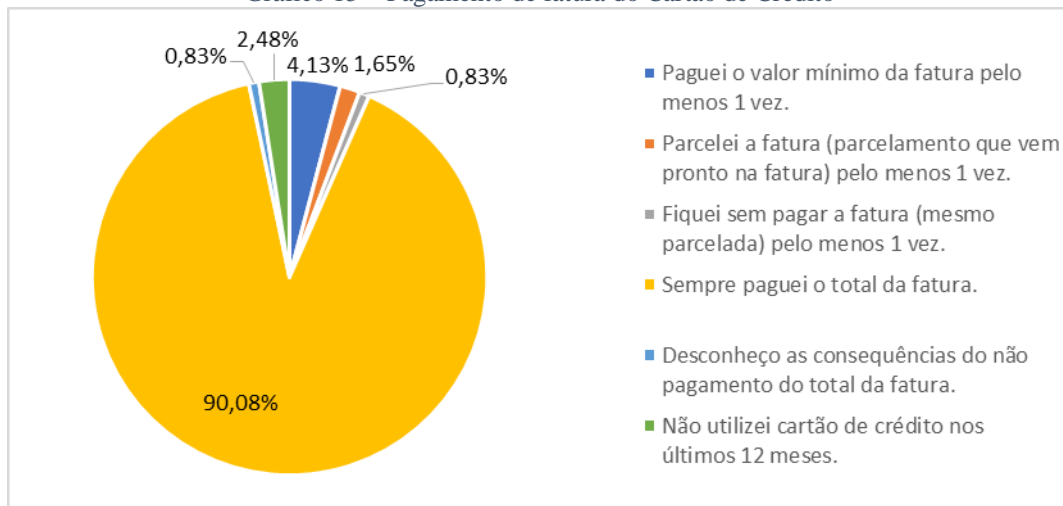
Gráfico 14 - Fatores para decisão de empréstimo (segmentado)



Fonte: Autoria Própria

Seguindo no campo sobre a utilização de serviços de crédito, ao perguntar sobre o pagamento da fatura do cartão de crédito, como pode ser visto no gráfico 15, aproximadamente 90% de todos os entrevistados afirmaram ter pago o total da fatura nos últimos 12 meses.

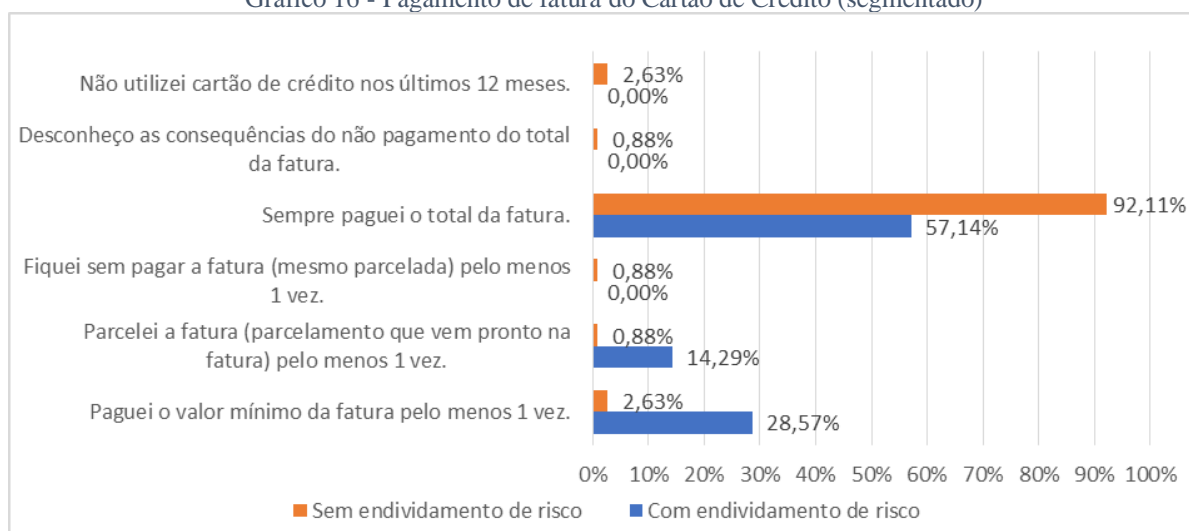
Gráfico 15 – Pagamento de fatura do Cartão de Crédito



Fonte: Autoria Própria

Após segmentar os resultados obtidos pelos grupos em análise, é possível notar por meio do gráfico 16, que a grande maioria das pessoas que não possuem endividamento de risco, pagaram a fatura do cartão de crédito em sua totalidade. Enquanto isso, as principais alternativas respondidas pelo grupo que possui endividamento de risco, se referem ao pagamento mínimo da mesma ou pelo parcelamento da fatura. É importante levar em conta que segundo o Relatório de Cidadania Financeira (2018) as maiores dívidas são advindas do cartão de crédito, visto que apresenta as maiores taxas de juros. Sendo assim, ao visualizar a tabela 15 no ANEXO II não foi possível notar diferenças significativas no geral, mas quando analisadas essas duas opções que influenciam para o endividamento, nota-se que é aceita a hipótese de que existe uma diferença de cidadania financeira entre os grupos analisados.

Gráfico 16 - Pagamento de fatura do Cartão de Crédito (segmentado)



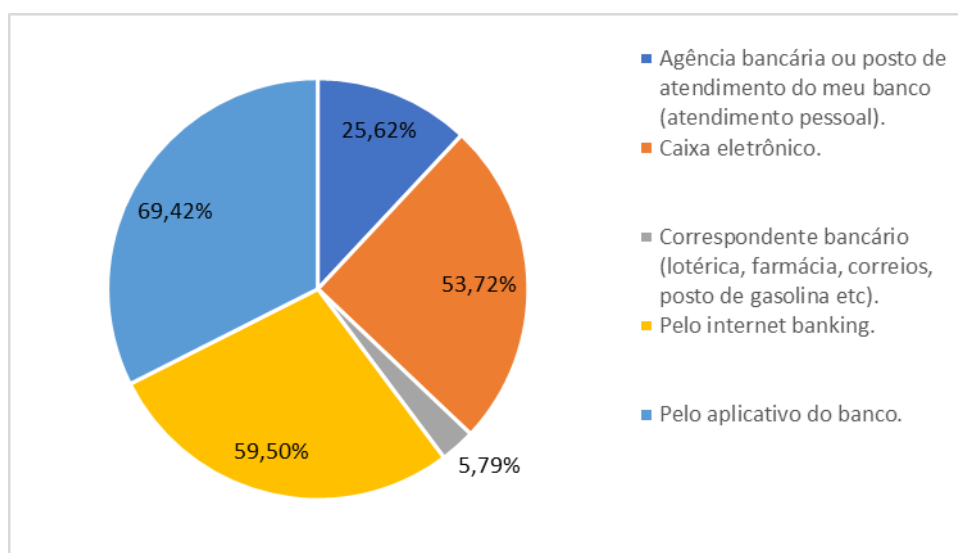
Fonte: Autoria Própria

4.3. Canais de Acesso e Meios de Pagamento

A atual seção deste relatório se refere ao uso de canais de acesso e meios de pagamento, além de retratar também a questão da inclusão financeira, visto que de acordo com o Relatório de Cidadania Financeira (2018), esses são meios que são disponibilizados pelas instituições financeiras para que os usuários acessem serviços financeiros. É importante lembrar que eles podem se dar por meios físicos (também chamados de pontos de atendimento) e meios remotos (call centers, *internet banking* e aplicativos para celulares são alguns exemplos).

Desta maneira, através do gráfico 17 pode-se visualizar que os meios mais utilizados são os remotos, sendo o principal o aplicativo da instituição financeira que é utilizado por 69,42% das pessoas entrevistadas. Tal resultado se aproxima do apresentado no Relatório de Cidadania Financeira (2018), onde foi afirmado que 66% do total de transações foram feitas por canais remotos.

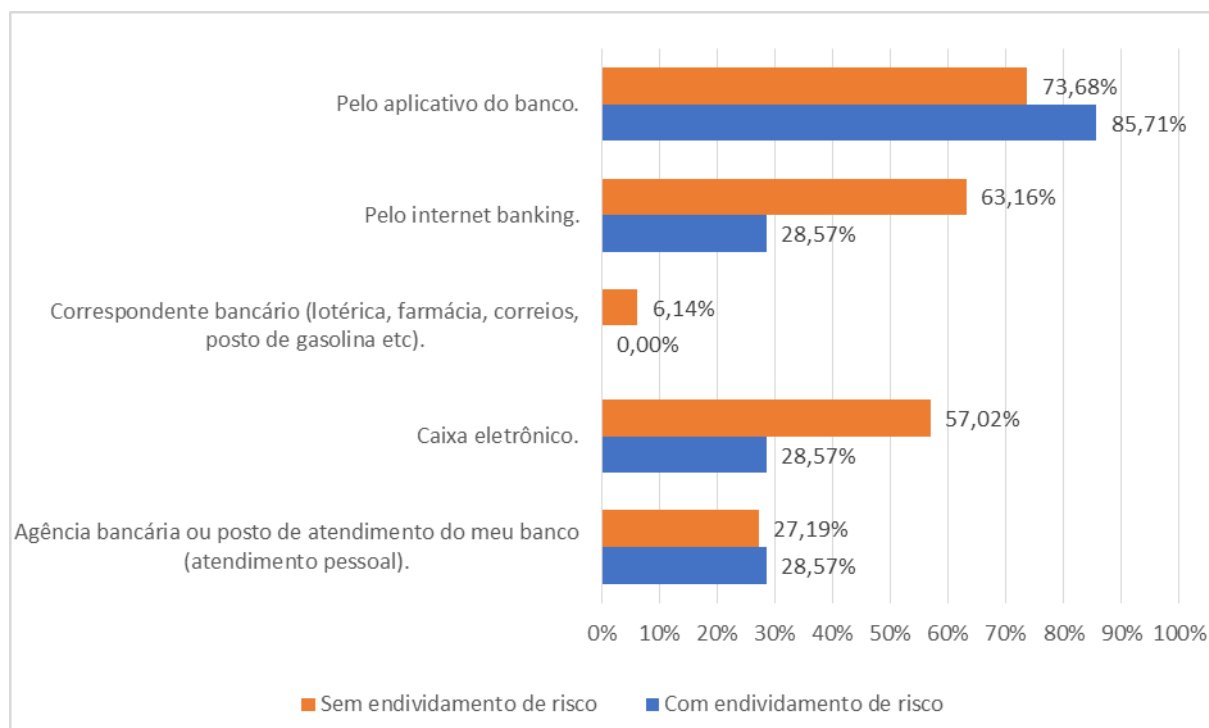
Gráfico 17 - Uso de canais de acesso



Fonte: Autoria Própria

Segmentando os resultados obtidos pelos grupos em análise, nota-se pelo gráfico 18 que dentre os dois grupos o aplicativo do banco é o meio de acesso mais utilizado. Já ao analisar estatisticamente os grupos através da tabela 16 do ANEXO II pode-se notar que não existem diferenças significativas entre os grupos. Nota-se também que a inclusão financeira nesse caso é verificada, visto que todos os respondentes têm acesso aos canais de acesso das instituições financeiras.

Gráfico 18 - Uso de canais de acesso (segmentado)



Fonte: Autoria Própria

4.4. Educação Financeira

Esta seção do relatório se encontra dividida em duas partes: conhecimento e atitude. Na primeira, busca-se compreender o conhecimento dos respondentes com relação à finanças básicas, visto que tal conhecimento pode ajudar os consumidores na melhor decisão por um produto financeiro que seja adequado à sua necessidade. Lusard and Mitchell (2014) afirmam que existem três conceitos envolvidos nas decisões de poupança e investimento dos consumidores: (1) conhecimento de matemática básica e capacidade de calcular taxa de juros simples e compostos; (2) diz respeito ao entendimento da inflação; (3) trata do entendimento de diversificação de risco.

Desta maneira, foram aplicadas questões de múltipla escolha e questões de verdadeiro ou falso para que pudessem ser analisadas as respostas de maneira mais completa. Com relação às questões de múltipla escolha pode ser observado na tabela 7 abaixo que não houve diferenças estatísticas significantes. O resultado das questões onde se deveria marcar

verdadeiro ou falso para as afirmações apresentadas se encontra na tabela 8 e é possível notar a existência de um resultado significativo com relação à temática sobre inflação.

Tabela 7 - Acerto questões múltipla escolha

	Com endividamento de Risco	Sem endividamento de Risco	Resultado Geral	p-valor
Imagine que 3 amigos ganhem juntos R\$ 1.500 em uma rifa. Se eles decidem dividir o dinheiro igualmente entre eles, quanto cada um recebe?	100%	100%	100%	1
Imagine que você tem dinheiro guardado em casa. Considerando que a inflação deste ano seja de 5%, depois de um ano você vai conseguir comprar:	100,00%	98,25%	98,35%	1
Suponha que você pegasse emprestado R\$ 100 (cem reais) de um amigo e após um mês pagasse R\$ 100. Quanto de juros que você está pagando?	100,00%	98,25%	98,35%	1
No Brasil, qual foi a taxa acumulada de inflação em 2020?	57,14%	62,28%	61,98%	0,9992
Imagine que hoje você colocou R\$100 numa conta de poupança que rende 2% ao ano. Daqui a um ano você vai sacar o dinheiro, quanto deve ter nesta conta?	85,71%	94,74%	94,21%	0,3445
E qual seria o saldo daqui a cinco anos, se você também não fizer nenhum depósito ou saque no período?	71,43%	71,93%	71,90%	0,9816

Fonte: Autoria Própria

Tabela 8 – Acerto questões verdadeiro ou falso

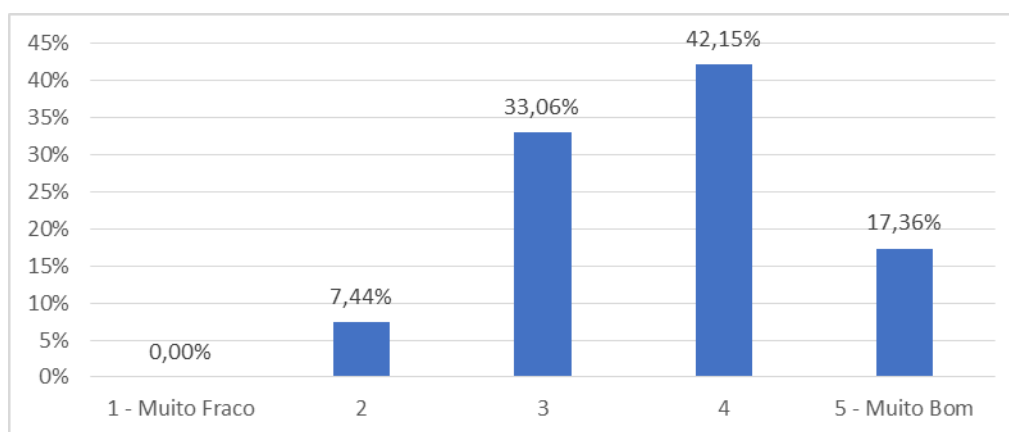
	Com endividamento de Risco	Sem endividamento de Risco	Resultado Geral	p-valor
Há cobrança de tarifas na conta simplificada.	28,57%	63,16%	61,16%	0,1077
Posso abrir uma conta corrente ou uma conta poupança em um correspondente (lotérica ou correio, por exemplo).	57,14%	55,26%	55,37%	1
É provável que um investimento de maior retorno tenha maior risco.	100,00%	95,61%	95,87%	1
Em um país onde a inflação é alta os preços não se alteram tanto com o tempo.	57,14%	98,25%	95,87%	0,0012
Investir em diferentes alternativas é uma boa forma para reduzir riscos.	85,71%	94,74%	94,21%	0,3445
Sempre que alguém paga o valor mínimo da fatura do cartão de crédito está sujeito a juros sobre o saldo remanescente.	100,00%	97,37%	97,52%	1

Uma boa forma para controlar os gastos mensais é fazer um orçamento.	100,00%	98,25%	98,35%	1
É um direito básico do consumidor ter a informação clara sobre preço à vista e juros incluídos na venda a prazo.	100,00%	100,00%	100,00%	1
Mesmo que o banco quebre, depósitos de até R\$250 mil são garantidos.	71,43%	63,16%	63,64%	0,7161

Fonte: Autorial Própria

Ao medir a auto avaliação dos respondentes sobre seu nível de conhecimento financeiro obtivemos os resultados expostos no gráfico 19, onde observou-se que a maioria se considera com um conhecimento financeiro razoável com 42,15% dos respondentes, seguido pela população que se considera com um conhecimento financeiro intermediário, representando 33,06% dos respondentes. É interessante destacar que não houve indivíduos que se consideram com um conhecimento muito fraco sobre finanças.

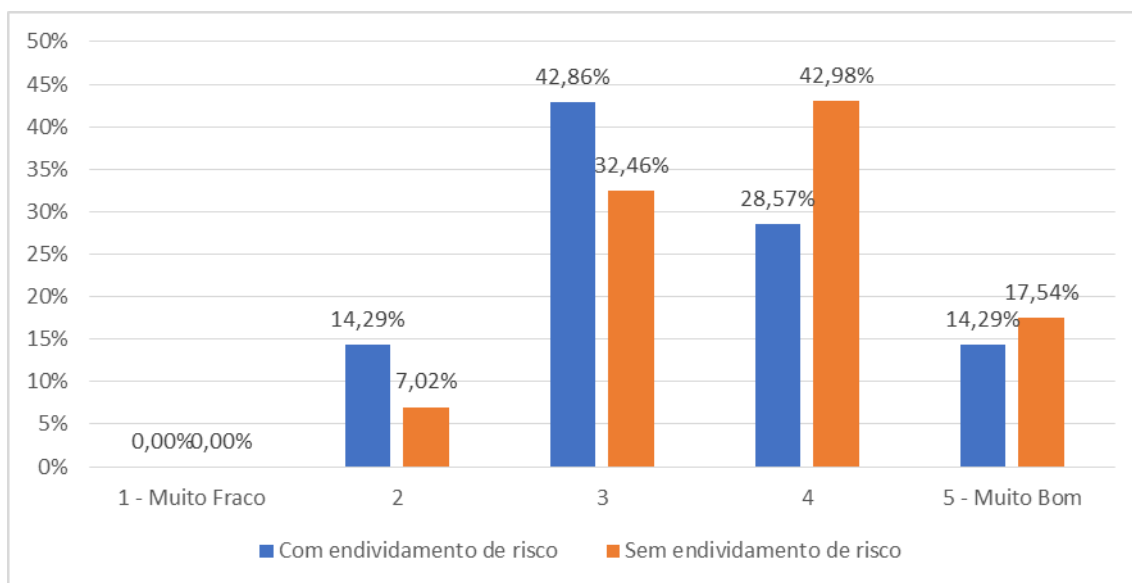
Gráfico 19 - Auto avaliação conhecimento financeiro



Fonte: Autorial Própria

Ao segmentar as respostas pelos grupos com e sem endividamento de risco é possível observar a partir do gráfico 20 que a maioria da população com endividamento de risco se classificou como nível 3 de conhecimento financeiro, enquanto a maioria da população sem endividamento de risco se classificou com um nível superior, 4. Os resultados foram ainda analisados estatisticamente e como pode se observar na tabela 17 não foram obtidos resultados significativos.

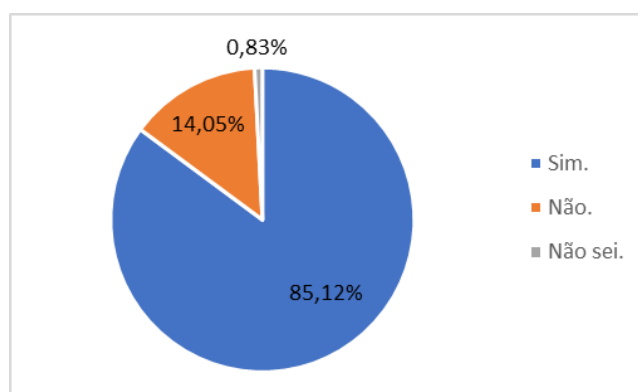
Gráfico 20 - Auto avaliação conhecimento financeiro (segmentado)



Fonte: Autoria Própria

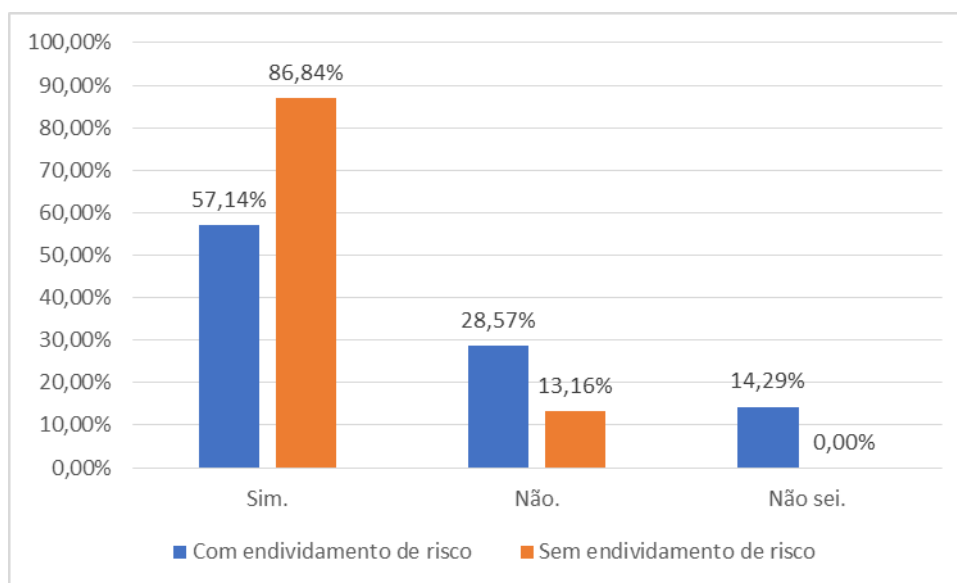
Passamos para a próxima parte desta seção onde a intenção foi medir a atitude dos respondentes com relação à educação financeira. Essa parte foca no gerenciamento diário, com ênfase no controle e planejamento financeiro e o equilíbrio do orçamento. De início, é possível notar através do gráfico 21 que a grande maioria das pessoas (85,12%) afirmou possuir alguma forma de orçamento familiar. Isso revela uma atitude muito positiva com relação a todos os entrevistados. Em compensação, ao analisar os resultados segmentados pelos grupos em análise no gráfico 22, percebe-se que a porcentagem de pessoas que afirmou não ter ou não saber da existência de um orçamento familiar em sua casa, foi maior para o grupo com endividamento de risco do que para o grupo sem tal endividamento, mas ao realizar a análise estatística entre eles (tabela 18), não foram observadas diferenças estatísticas significantes.

Gráfico 21 - Orçamento familiar



Fonte: Autorial Própria

Gráfico 22 - Orçamento familiar (segmentado)



Fonte: Autorial Própria

De modo a compreender melhor os respondentes com relação a atitude frente às finanças, foram expostas diversas afirmativas onde, de acordo com a escala *Likert*, o participante deveria marcar entre 1 e 5, onde 1 significa “discordo totalmente” e 5 significa “concordo totalmente”. Para a análise das respostas foi utilizado o cálculo de *ranking* médio (RM) que foi proposto por Oliveira (2005) como o cálculo das médias ponderadas de todas as respostas dividido pela quantidade de pessoas que responderam ao questionário. Desta maneira, quando o RM está próximo de 1, é demonstrado uma discordância enquanto quanto mais próximo de 5 demonstra uma concordância com a afirmação. Os resultados podem ser visualizados na tabela 9.

Ao analisar a tabela, nota-se que para as afirmativas “A”, “B”, “T”, “K”, “M”, “N” e “P”, que possuem teor mais negativo com relação à atitude frente às finanças, o valor do RM geral se aproximou do nível de discordância, o que indica uma boa atitude financeira. Todavia, quando comparados os resultados entre os grupos, nota-se que para todas essas sete afirmativas, o grupo com endividamento de risco possui um valor mais alto, o que comparativamente indica uma pior atitude financeira desse grupo frente aos que não possuem endividamento de risco.

Uma situação parecida acontece com as afirmativas que representam um teor mais positivo frente à atitude com relação às finanças, “C”, “D”, “E”, “F”, “G”, “H”, “J”, “L”, “O”.

Ao analisar o RM das afirmativas, nota-se que no geral ele se aproxima da concordância, e quando analisados novamente os grupos separadamente, é possível observar que o grupo com endividamento de risco possui em todas as afirmações um RM menor que o grupo sem endividamento de risco. Portanto, nessas afirmativas também é possível notar que o grupo com endividamento de risco possui uma atitude financeira pior que o grupo sem tal endividamento.

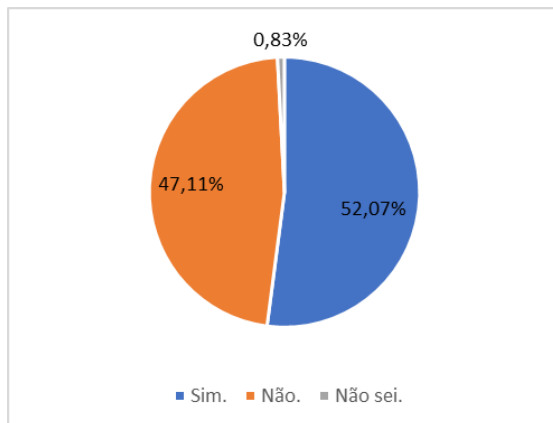
Tabela 9 - RM atitude financeira

		RM Com Endividamento de Risco	RM Sem Endividamento de Risco	RM Geral
A	Normalmente, eu fico mais satisfeito em gastar um dinheiro agora do que poupá-lo para o longo prazo.	3,0	2,4	2,5
B	Prefiro comprar parcelado do que esperar ter dinheiro para comprar à vista.	3,4	2,5	2,5
C	Eu pago as minhas contas em dia.	3,9	4,6	4,5
D	Eu mantenho a minha vida financeira sob controle.	3,1	4,2	4,1
E	Eu converso sobre as decisões financeiras com outras pessoas da minha família.	2,4	3,7	3,7
F	Antes de comprar algo, eu penso com cuidado se poderei pagar.	3,6	4,3	4,2
G	Estou preparado para arriscar uma parte do meu dinheiro quando poupo ou faço um investimento.	2,7	3,4	3,4
H	Eu estabeleço objetivos financeiros de longo prazo e busco atingi-los.	2,3	3,5	3,5
I	Minha situação financeira limita minha capacidade de fazer as coisas que são importantes para mim.	3,4	2,7	2,8
J	Eu costumo me preocupar com o pagamento das despesas normais do dia a dia.	3,3	3,7	3,7
K	Eu tenho muitas dívidas atualmente.	2,9	1,6	1,7
L	Estou satisfeito com a minha situação financeira atual.	2,4	3,4	3,3
M	Eu apenas sobrevivo financeiramente.	2,4	2,0	2,0
N	Estou preocupado com o fato de o dinheiro que eu tenho não durará.	3,0	2,5	2,6
O	Eu tenho dinheiro sobrando ao final do mês.	2,0	3,2	3,1
P	Minhas finanças controlam minha vida.	2,7	2,6	2,6

Fonte: Autoria Própria

Foi perguntado aos respondentes também qual era a percepção deles em relação aos seus rendimentos, se os seus gastos eram maiores ou não. Para essa pergunta, nota-se um comportamento geral negativo, visto que a maioria (52,08%) respondeu que sentia que seus gastos nos últimos doze meses eram maiores que seus rendimentos, como pode ser observado no gráfico 23.

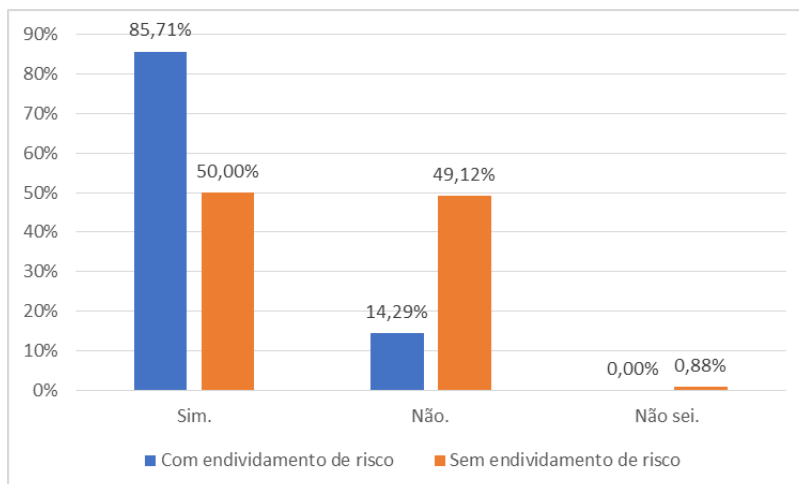
Gráfico 23 - Seus gastos foram maiores que seus rendimentos?



Fonte: Autorial Própria

Ao segmentar os grupos, como visto no gráfico 24, é possível notar que a porcentagem de pessoas que considerou que seus rendimentos eram menores que seus gastos foi maior para o grupo que possui endividamento de risco, o que vai de acordo com a classificação recebida pelo grupo com relação ao seu tipo de endividamento. Porém, ao analisar estatisticamente esses dois grupos, não foram notadas diferenças significativas como pode ser observado na tabela 19 do ANEXO II.

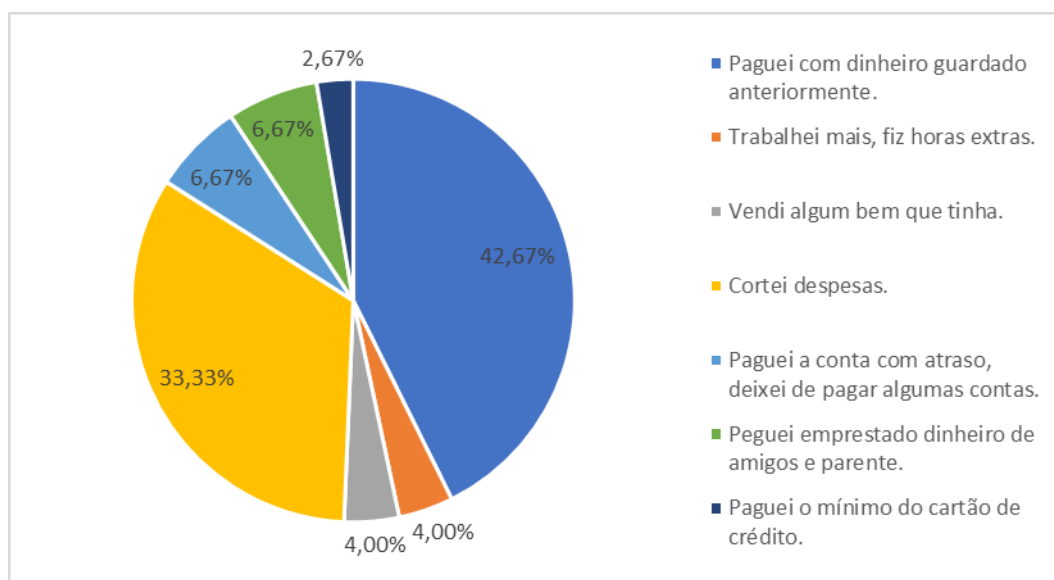
Gráfico 24 - Seus gastos foram maiores que seus rendimentos?



Fonte: Autorial Própria

Para as pessoas que responderam possuir os gastos maiores que seus rendimentos foi perguntado de qual maneira elas pagaram suas contas. É possível notar por meio do gráfico 25 que a maneira mais citada foi o pagamento com dinheiro guardado anteriormente, representando 42,67% dos respondentes, seguido pelo corte de despesas que foi respondido por 33,33% de todos os entrevistados.

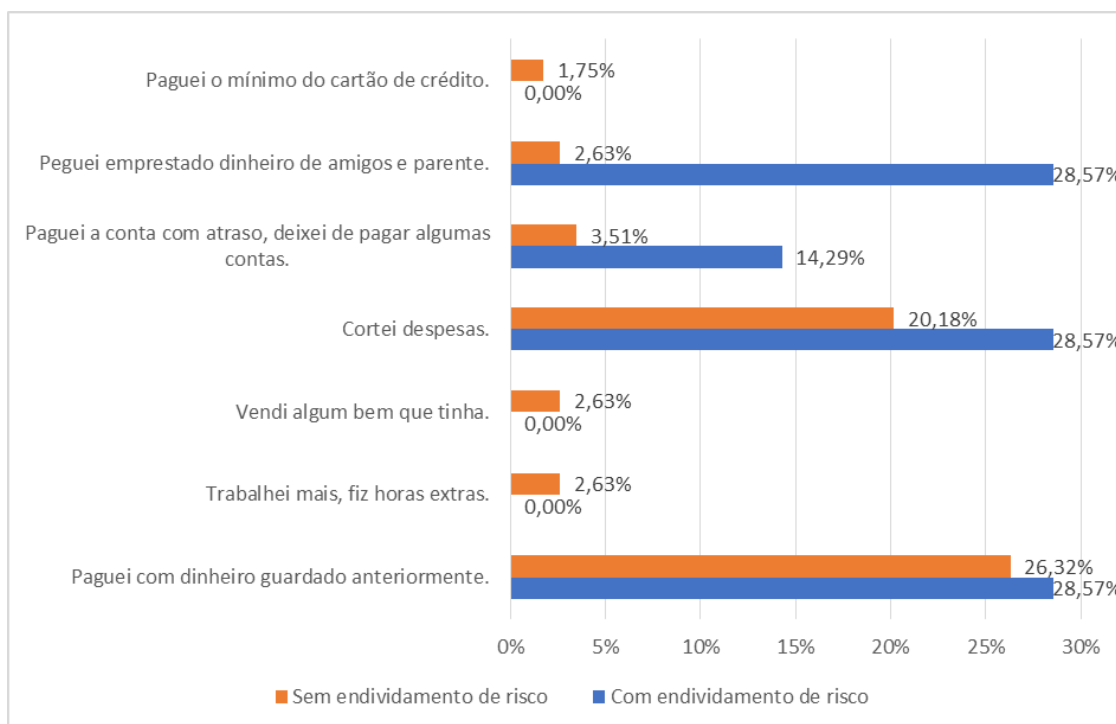
Gráfico 25 - Maneira para pagar as contas



Fonte: Autoria Própria

Ao segmentar as respostas entre os grupos, é possível notar por meio do gráfico 26 que há uma diferença entre os grupos no que diz respeito a opção “peguei emprestado dinheiro de amigos e parentes”, visto que tal opção foi mais utilizada pelo grupo com endividamento de risco e, como pode ser visto na tabela 20 do ANEXO II, também foram notadas diferenças estatisticamente significantes para tal opção.

Gráfico 26– Maneira para pagar as contas (segmentado)



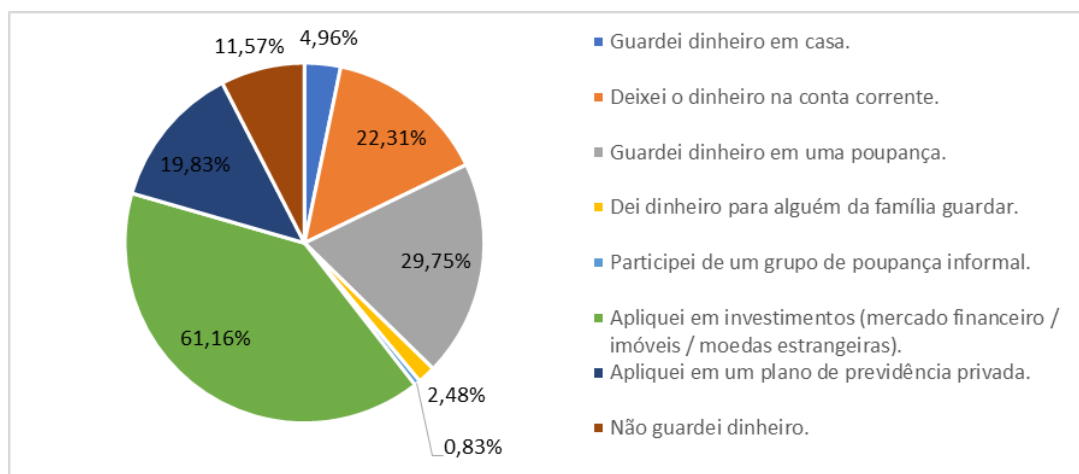
Fonte: Autoria Própria

4.5. Poupança

Esta parte do trabalho busca compreender melhor se os respondentes possuem o hábito de poupar, visto que de acordo com o Relatório de Cidadania Financeira (2018), tal hábito ajuda as famílias a absorverem melhor os choques financeiros, maior retenção de ativos, e assim elas estarão preparadas no caso de alguma emergência.

Ao perguntar para os respondentes de que maneira eles mais pouparam dinheiro nos últimos doze meses, foi observado um comportamento positivo como pode ser notado pelo gráfico 27, pois somente 12% das pessoas responderam não ter guardado dinheiro. Já entre as que conseguiram poupar, a maneira mais utilizada é através do investimento em mercados financeiros, imóveis e/ou moedas estrangeiras, tendo a opção citada por 61,16% do total de respondentes.

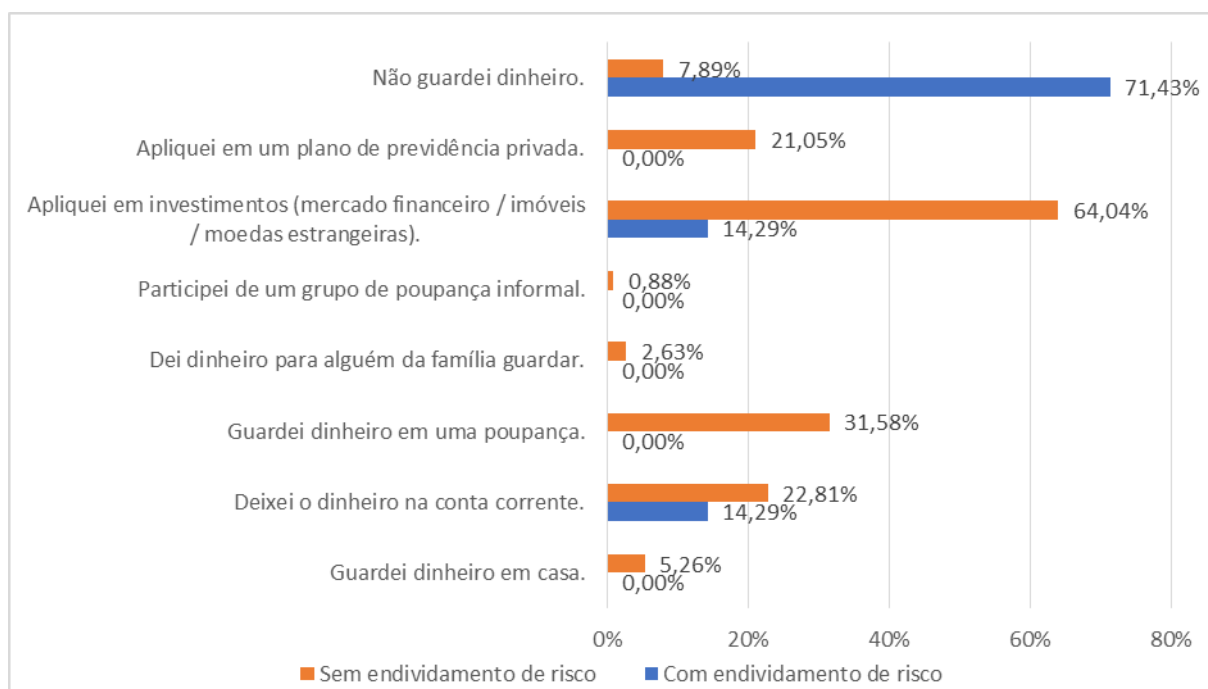
Gráfico 27 – Maneira de poupar dinheiro



Fonte: Autorial Própria

Depois de segmentado o resultado pelos grupos em análise, é possível notar através do gráfico 28 que a maioria das pessoas em situação de endividamento de risco afirmou não ter guardado dinheiro, sendo que tal resposta representa 71,43% do total de pessoas pertencentes a esse grupo. Ao analisar estatisticamente os dois grupos é visto através da tabela 21 do ANEXO II que possuem diferenças significativas no que diz respeito à aplicação em investimentos e a não ter guardado dinheiro.

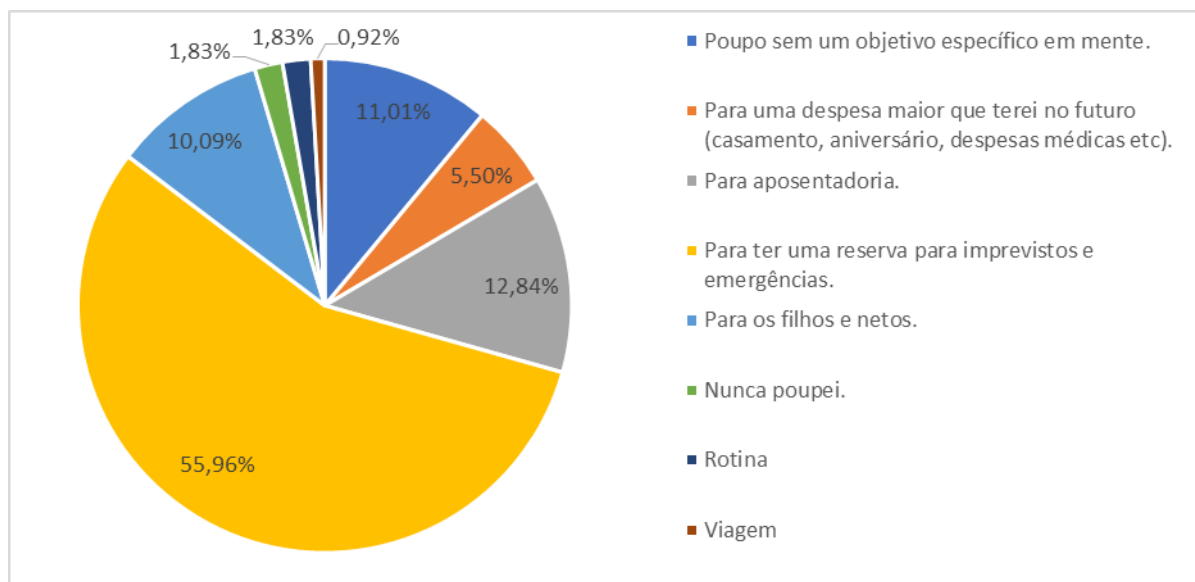
Gráfico 28 – Maneira de poupar dinheiro (segmentado)



Fonte: Autorial Própria

Quando as pessoas foram perguntadas por qual motivo elas pouparam nos últimos doze meses o motivo mais citado foi “não sobra dinheiro”. Já entre as pessoas que pouparam, o motivo mais citado para elas o fazerem foi “para ter uma reserva para imprevistos e emergências”. Essas respostas podem ser observadas no gráfico 29.

Gráfico 29– Motivo para poupar dinheiro

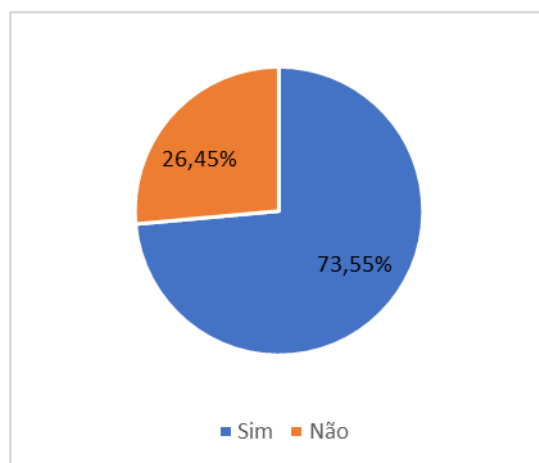


Fonte: Autoria Própria

4.6. Resiliência

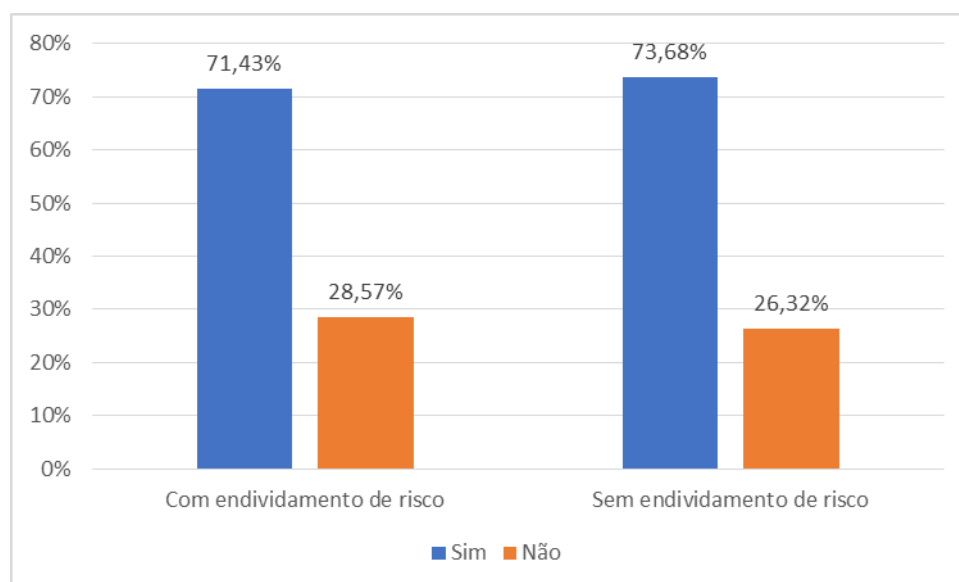
Esta parte da coleta de dados busca entender se os respondentes estão preparados para imprevistos financeiros. Primeiro, foi perguntado se caso surgisse algum imprevisto que equivalesse a todo o seu rendimento mensal, se a pessoa poderia pagar esse imprevisto sem recorrer a ajuda de terceiros. Como pode-se observar no gráfico 30, 73,55% dos respondentes responderam que sim o que demonstra um comportamento positivo. Ao segmentar entre os grupos que possuem ou não endividamento de risco, nota-se através do gráfico 31 que os resultados foram parecidos e é possível também visualizar na tabela 22 do ANEXO II, que não foram encontradas diferenças significativas entre eles.

Gráfico 30 – Você conseguiria pagar uma despesa inesperada sem pedir ajuda?



Fonte: Autoria Própria

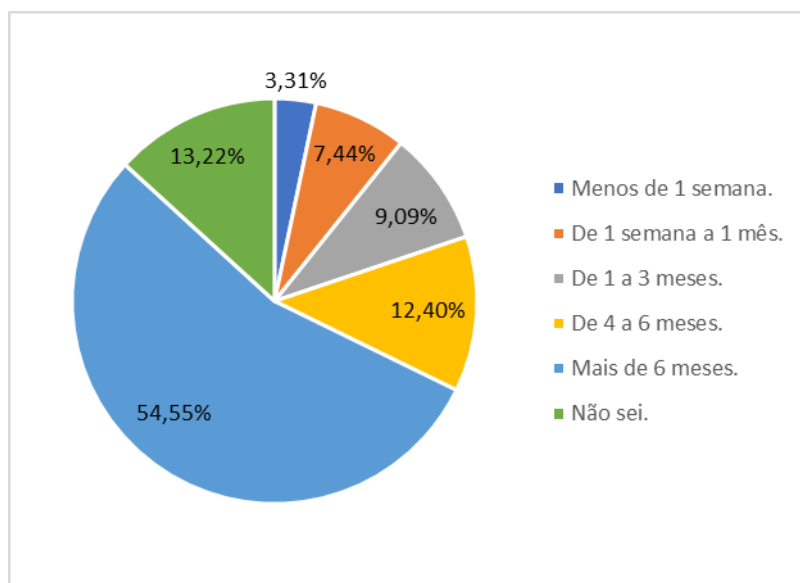
Gráfico 31– Você conseguiria pagar uma despesa inesperada sem pedir ajuda? (segmentado)



Fonte: Autoria Própria

Depois foi perguntado quanto tempo o respondente poderia ficar sem solicitar um empréstimo caso perdesse a sua principal fonte de renda. É observado no gráfico 32 que 54,55% dos respondentes afirmou que poderia sobreviver financeiramente por mais de 6 meses. Portanto, 45,45% dos respondentes não conseguiriam sobreviver caso o imprevisto durasse mais de 6 meses.

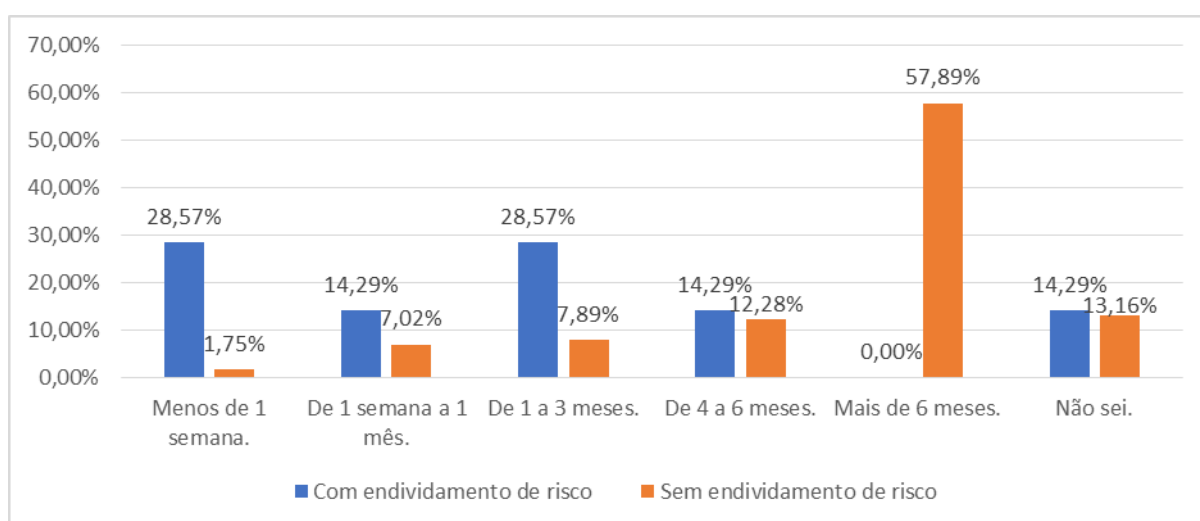
Gráfico 32 – Tempo de sobrevivência financeira



Fonte: Autoria Própria

Ao segmentar entre os grupos em análise, observa-se através do gráfico 33 que nenhum dos respondentes que pertence ao grupo de endividamento de risco conseguiria sobreviver financeiramente por mais de 6 meses sem que precisasse recorrer a um empréstimo e é possível que essas pessoas não consigam poupar parte do seu dinheiro devido ao comprometimento financeiro com suas dívidas. Como pode ser observado na análise estatística presente na tabela 23 do ANEXO II existem diferenças significativas entre os dois grupos.

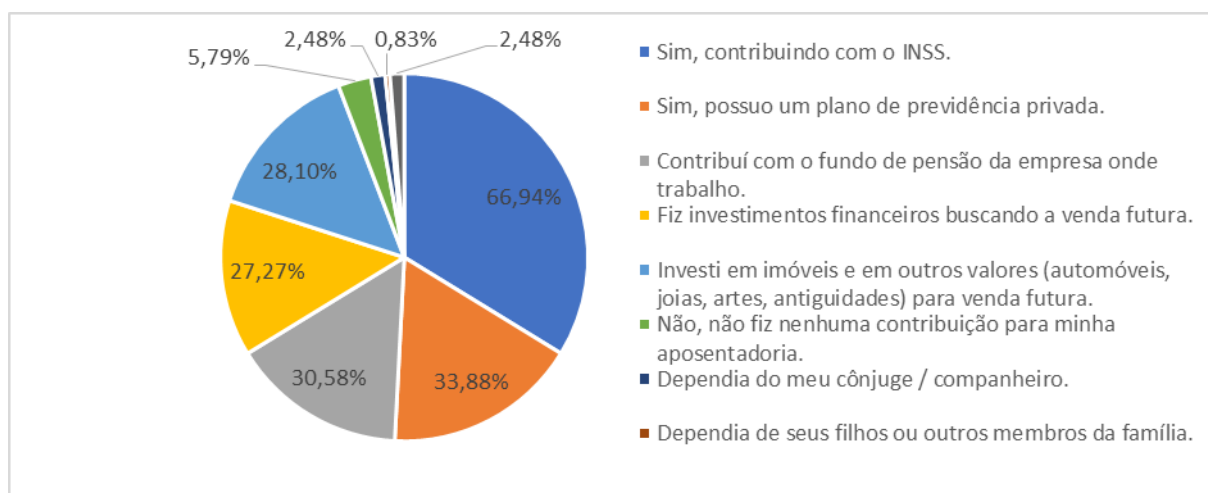
Gráfico 33 – Tempo de sobrevivência financeira (segmentado)



Fonte: Autoria Própria

Buscando compreender também sobre a preparação para a aposentadoria dos respondentes antes dela ter ocorrido, observa-se através do gráfico 34 que 66,94% das pessoas utilizaram a contribuição com o INSS como forma de preparação para a aposentadoria e que somente 5,79% dos respondentes informou não ter se preparado para a aposentadoria. Ao sementar os grupos e realizar as análises estatísticas, não foram encontradas diferenças significantes como pode ser observado na tabela 24 do ANEXO II.

Gráfico 34 – Modo de planejamento para a aposentadoria



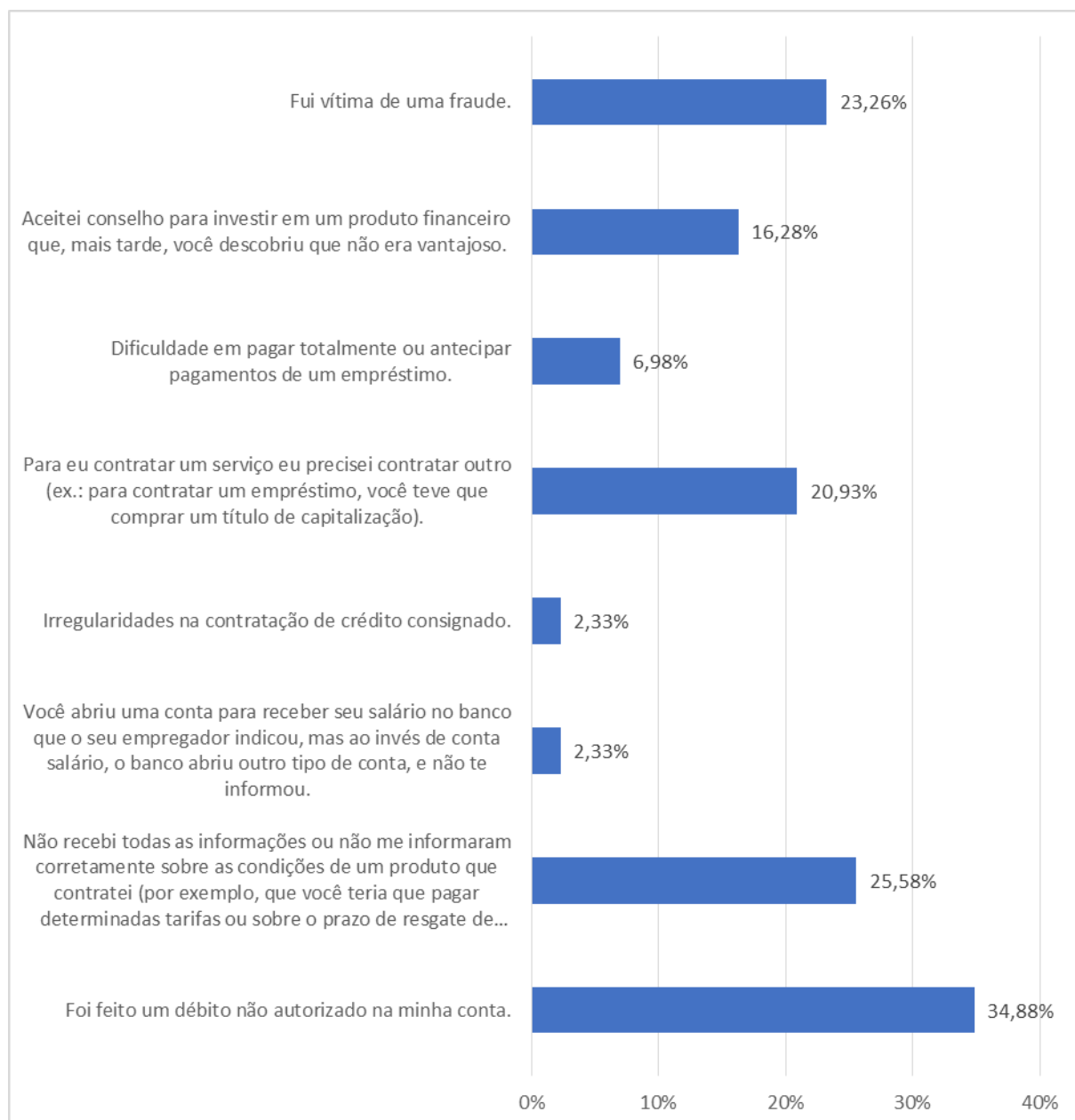
Fonte: Autoria Própria

4.7. Ocorrência e Resolução de Problemas com Instituições Financeiras

As perguntas desta seção buscam compreender se os respondentes tiveram algum problema com instituições financeiras e como os problemas foram solucionados. Segundo o Relatório de Cidadania Financeira (2018) as reclamações são fundamentais para o ecossistema da cidadania financeira e servem como uma maneira das instituições saberem onde e como podem melhorar seus serviços.

Segundo as respostas do questionário, 64,46% afirmaram não ter tido problema com as instituições financeiras. Entre responderam positivamente, que o principal motivo de problema foi a efetuação de um débito não autorizado na conta, acontecendo com 34,88% dos respondentes (gráfico 35). Entre os motivos menos comuns estão a abertura de um tipo de conta diferente do solicitado e irregularidades na contratação de crédito consignado, representando juntos 4,65% das reclamações.

Gráfico 35 – Problemas com instituições financeiras

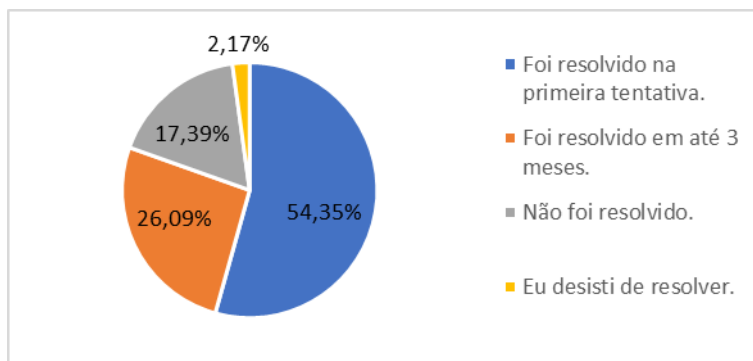


Fonte: Autoria Própria

Quando perguntados sobre a resolução dos problemas ocorridos, 6,98% das pessoas afirmaram que não tentaram resolvê-lo e o principal motivo citado para a não resolução foi por se tratar de um valor ser muito pequeno. Ao serem comparados em grupos, todos os indivíduos classificados como endividamento de risco tentaram resolver o problema e como pode ser observado na tabela 25 presente no ANEXO II, não foram notadas diferenças estatísticas entre os dois grupos.

Tentou-se compreender depois o que aconteceu com o problema e em quanto tempo o mesmo foi resolvido. Nota-se através do gráfico 36 que os problemas dos respondentes foram, em 54,35% dos casos, resolvidos na primeira tentativa.

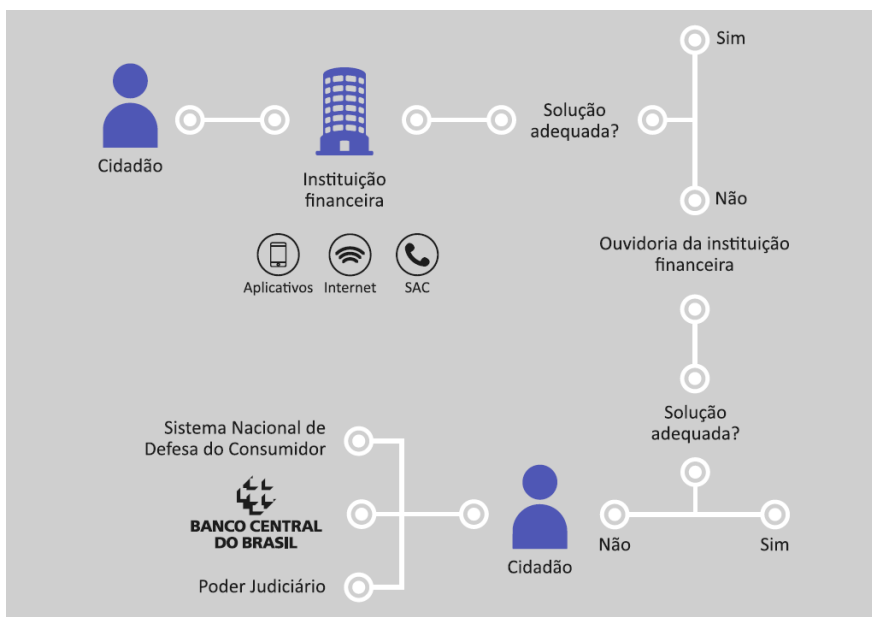
Gráfico 36 – Tempo para a resolução do problema



Fonte: Autoria Própria

O Relatório de Cidadania Financeira (2018) afirma que existe uma trilha a ser percorrida pelo cidadão no caso de ocorrência de problemas com relação às instituições financeiras antes de que se recorra a poderes superiores, como pode ser observado na figura 2.

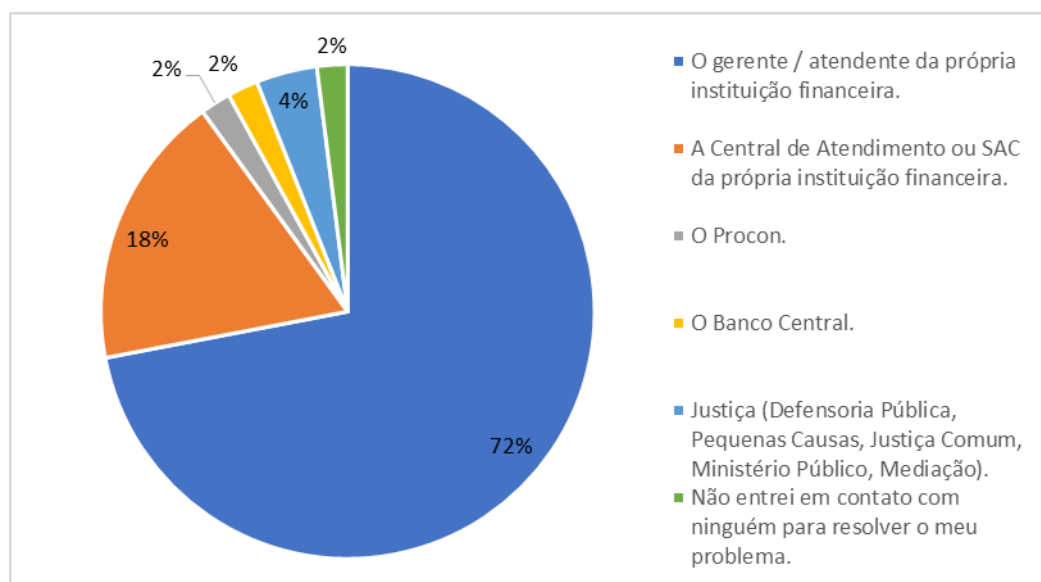
Figura 4 - Trilha para resolução de problemas



Fonte: Banco Central do Brasil

Ao analisar as respostas do questionário, foi observado no gráfico 37 que 72% dos respondentes seguiram resolver o seu problema ao entrar em contato com o SAC, gerente ou atendente da própria instituição financeira. Nota-se, também, que 8% dos casos precisaram percorrer toda a trilha para recorrer à solução do problema, já que não foi possível resolvê-lo logo nas etapas iniciais.

Gráfico 37 – Contato para resolução do problema



Fonte: Autoria Própria

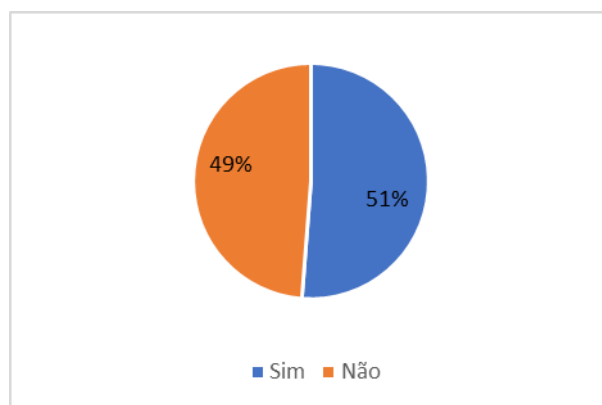
Ao separar as respostas entre os grupos em análise não foram observadas diferenças significativas, como é apresentado na tabela 26 do ANEXO II.

4.8. Endividamento

Nesta seção procurou-se compreender sobre o endividamento dos entrevistados, como eles se auto avaliam com relação às suas dívidas e o quanto de sua renda mensal está comprometida com dívidas.

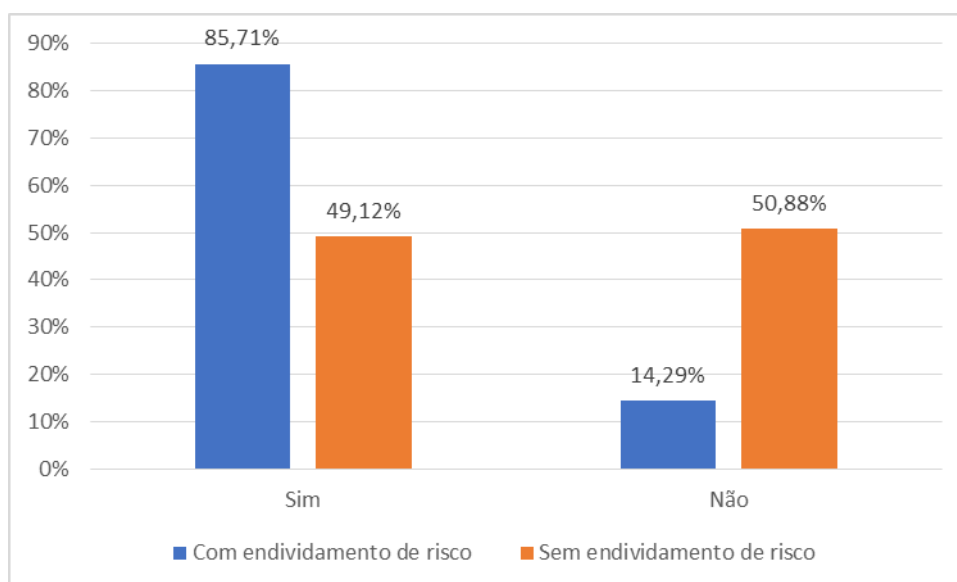
Ao perguntar aos participantes se eles possuíam alguma dívida, pode-se observar pelo gráfico 38 que praticamente metade dos respondentes afirmaram que sim, estavam endividados. Ao separar os dois grupos, nota-se através do gráfico 39 que a maioria dos respondentes que possui endividamento de risco possui alguma dívida.

Gráfico 38 – Você possui alguma dívida?



Fonte: Autoria Própria

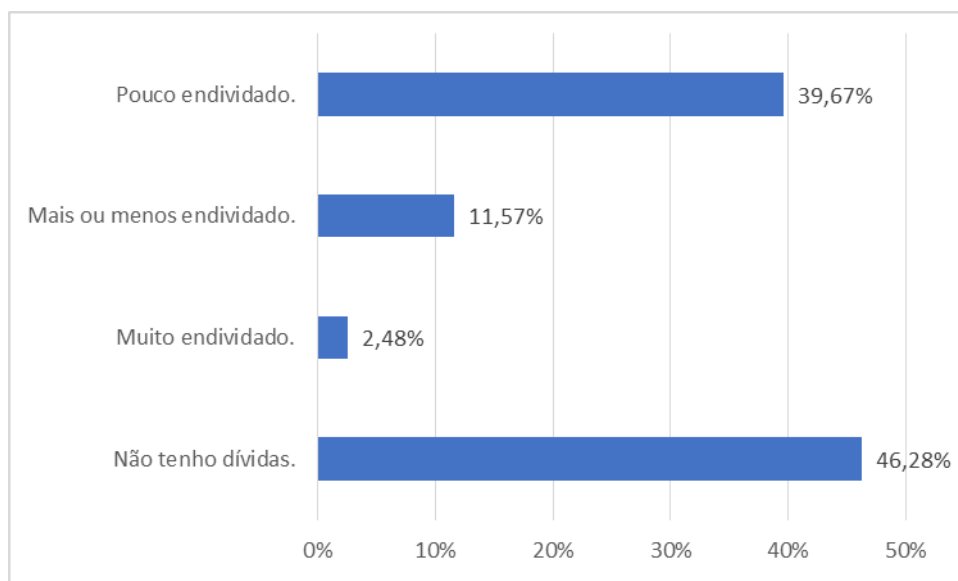
Gráfico 39 – Você possui alguma dívida? (segmentado)



Fonte: Autoria Própria

No que diz respeito à percepção, pode-se observar por meio do gráfico 40 que a maioria das pessoas afirmou não possuir dívidas ou se consideram pouco endividadas.

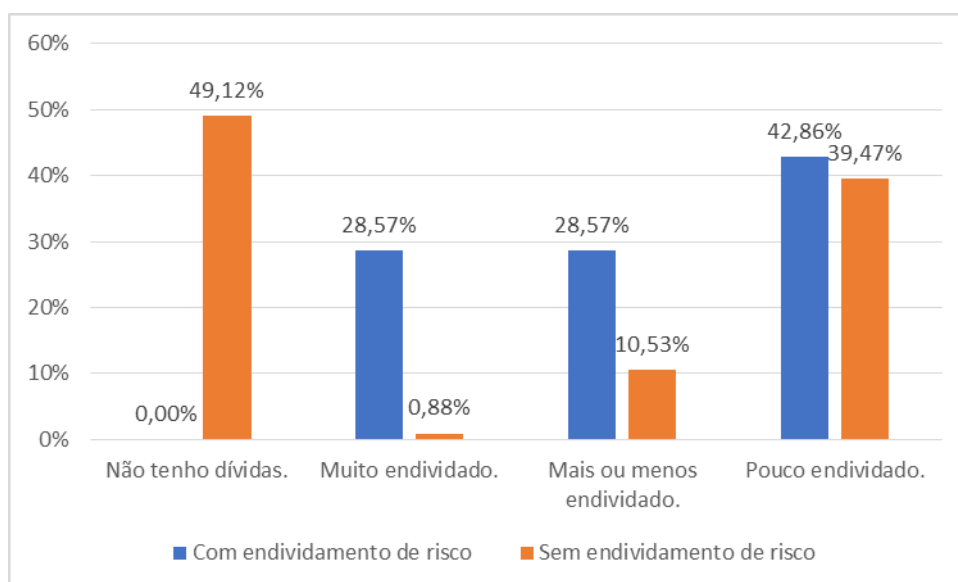
Gráfico 40 – Auto percepção de dívidas



Fonte: Autoria Própria

Ao segmentar as respostas entre os grupos em análise, nota-se através do gráfico 41 que grande parte das pessoas consideradas como endividamento de risco se consideram pouco ou mais ou menos endividadas, o que é inverso à sua classificação. Isso colabora para a hipótese de que existe um desconhecimento sobre o conceito de dívida dessas pessoas.

Gráfico 41 – Auto percepção de dívidas (segmentado)

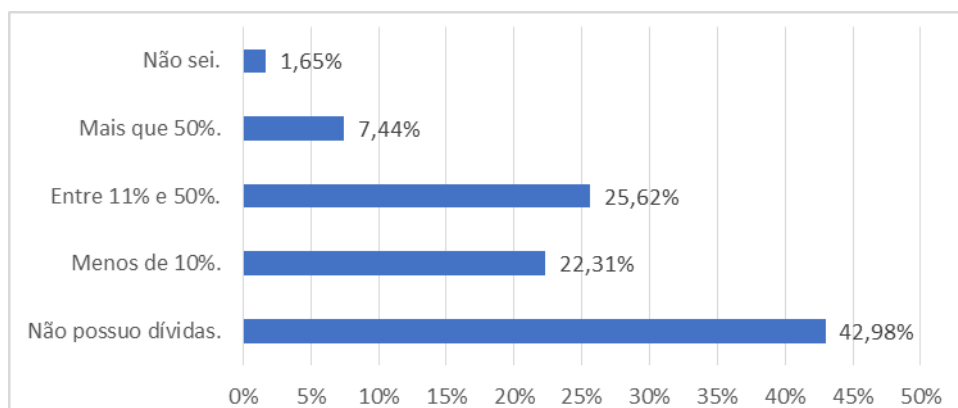


Fonte: Autoria Própria

No que diz respeito ao comprometimento da renda mensal com dívidas, entre os que responderam possuir algum tipo de dívida no gráfico 42 é possível visualizar que grande parte

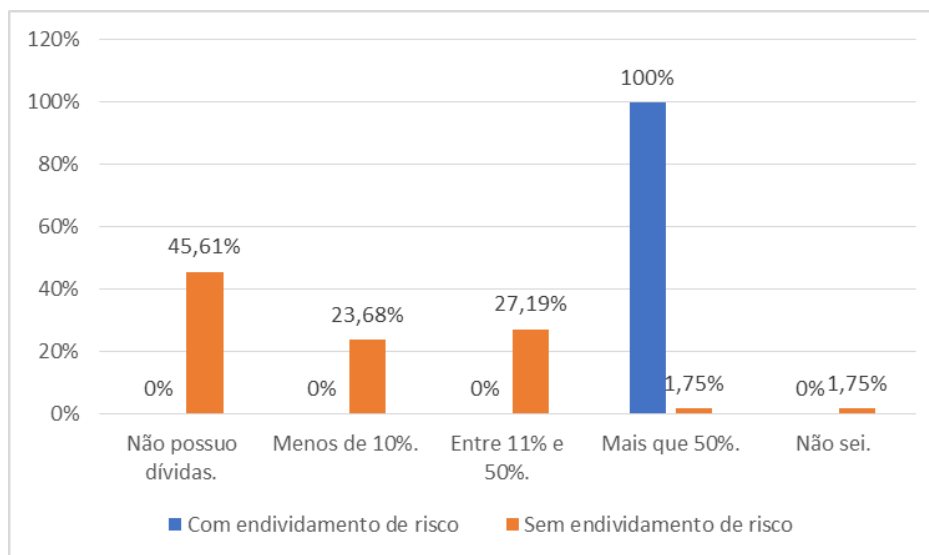
reconheceu ter entre 11% e 50% de seu salário está comprometido para o pagamento de dívidas. É importante salientar que este grupo deve ficar atento para que suas dívidas não sejam aumentadas e eles se tornem possíveis cidadãos com endividamento de risco. A menor parte respondeu não saber, o que pode corroborar para a ideia de que esse grupo não realiza o acompanhamento de suas finanças. Essas ideias são salientadas ao analisar o gráfico 43, onde é possível ver que ao menos 52,63% dos respondentes afirmaram ter parte da sua renda comprometida com dívidas.

Gráfico 42 – Porcentagem de renda mensal comprometida com dívidas



Fonte: Autoria Própria

Gráfico 43 – Porcentagem de renda mensal comprometida com dívidas (segmentado)



Fonte: Autoria Própria

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que o tema cidadania financeira, inclusão financeira e o incentivo para desenvolvimento para da educação financeira são temas de interesse globais. Dessa forma, é importante compreender como as pessoas se relacionam com as finanças para compreender como as pessoas se relacionam a distúrbios financeiros.

O estudo teve como objetivo principal analisar a relação entre o nível de cidadania financeira e de endividamento de cidadãos já aposentados, por meio de uma análise descritiva e, a fim de complementá-la, foi realizada também uma análise estatística com os dados obtidos. Para chegar ao resultado final, primeiro foi necessário checar o nível de cidadania financeira dos respondentes, onde com os resultados obtidos, foi possível inferir que os aposentados da amostra em análise possuem um bom nível de cidadania financeira com relação às dimensões abordadas, como possuir acesso à produtos financeiros e conhecimento sobre temas relacionados à educação financeira. Além disso, observado que, no tópico educação financeira, todos possuíam uma atitude positiva, com exceção à auto percepção de gastos, já que mais da metade dos respondentes (52,07%) afirmou que, nos últimos 12 meses, sentiu que seus gastos foram maiores que seus rendimentos.

No que diz respeito aos objetivos específicos, um deles foi analisar duas das dimensões financeiras, inclusão e educação. Com relação à primeira é possível observar um nível positivo entre os respondentes, visto que todos possuem conta corrente, a movimentam com uma boa frequência e utilizam produtos financeiros, dentre os principais conta corrente, cartão de crédito, seguro e conta poupança, sendo que os dois primeiros são utilizados por mais de 94% dos respondentes. Um fator de atenção é que, apesar de utilizarem os produtos financeiros, somente 56,2% pesquisaram sobre opções antes do uso. Ou seja, uma grande parte dos respondentes não pesquisou sobre os produtos e as empresas, demonstrando que eles não possuíam todas as informações relevantes, como taxa de juros, para a contratação desses produtos e a falta desse conhecimento sobre os mesmos pode incorrer em dívidas e desordem financeira dos contratantes.

Com relação à segunda dimensão que se buscava analisar, a educação financeira, os respondentes obtiveram uma boa porcentagem de acertos nas questões sobre conhecimento, com exceção o tema inflação, onde foram encontradas diferenças estatísticas e descritivas onde o grupo que possui endividamento de risco, apresentou um menor índice de acerto e a

falta de conhecimento sobre o tema pode indicar que esse grupo possui menor conhecimento sobre os efeitos da inflação na economia. Também foi apresentado resultado positivo sobre a atitude com relação às decisões financeiras, sendo notado uma boa posição no ranking médio de respostas sobre suas percepções com as afirmativas expostas. Os bons resultados para essa dimensão não foram observados somente no que diz respeito à percepção de dívidas, como ressaltado anteriormente.

No geral, ao verificar se existe correlação entre o nível de cidadania financeira entre as pessoas que foram classificadas como endividamento de risco e as que não foram classificadas com esse tipo de endividamento, não foram observadas diferenças estatisticamente significantes. Isso porque, ao analisar as respostas dos dois grupos comparativamente, verificou-se que, para a maioria das perguntas, p-valor foi superior a 0,05. Porém, ao analisar os resultados descritivamente, foram notadas algumas diferenças, sendo a principal delas com relação à atitude frente às decisões financeiras, onde observou-se um resultado mais positivo entre o grupo sem endividamento de risco comparado ao grupo com endividamento de risco e esse pode ser um fator que leve o primeiro, respectivamente, a apresentar tal classificação com relação ao endividamento.

Infelizmente, o tema cidadania financeira não é abordado com muita frequência em diversos ambientes e muitos desconhecem a sua importância. Para profissionais que ainda estejam no mercado de trabalho, é imprescindível que eles saibam que é ideal se preparar antecipadamente para a aposentadoria. Portanto, considera-se que as empresas deveriam ensinar seus empregados sobre o tema, ao propor palestras e cursos que os possam ajudar a se preparar desde o início de sua vida profissional para uma aposentadoria futura. Além disso, é relevante também que tal grupo leia materiais sobre o assunto, que busque informações adicionais, de fontes competentes e prestigiadas que abordem o tema em questão, a fim de que seja possível que tomem suas próprias decisões, com intuito de não sofrerem interferências negativas geradas por terceiros, mal intencionados ou não. Tais ações são importantes pois ter mais conhecimento sobre questões financeiras impede, ou pelo menos evita, que a pessoa sofra alguma perda de seus investimentos e, conseqüentemente, coloque em risco seu plano de aposentadoria.

No estudo, com relação à escolaridade, foi observado que 93,39% dos respondentes possuem grau superior. Sabe-se que esse valor, em comparação com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo IBGE (2019), não reflete a maioria da

população brasileira. Portanto, sugere-se para estudos futuros a realização de uma atualização da pesquisa, realizada com uma amostra maior, buscando trabalhar com a parte da população que ainda não esteja aposentada. Ademais, seria interessante que ocorresse uma amostragem com maior diferença de grau de escolaridade, a fim de verificar se ainda existem diferenças notáveis entre pessoas com endividamento de risco e as pessoas que não pertencem à esse grupo e, também, se existem alterações no grau de endividamento de acordo com o nível de instrução dos participantes. Portanto, como esse é um tema que se atualiza frequentemente, a partir de mudanças econômicas no país, nível de educação e envelhecimento dos brasileiros, é indicado que novas pesquisas sejam feitas, a fim de acompanhar o desenvolvimento da população. Compreende-se, ao final, que a questão de educação financeira é um tema que precisa ser frequentemente estudado por todos, para buscar garantir algum nível de estabilidade econômica ao longo da vida e após a aposentadoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BCB. Série Cidadania Financeira: estudos sobre educação, proteção e inclusão. Edição n° 5. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/serie_cidadania/serie_cidadania_financeira_pesquisa_infe_br_%200443_2017.pdf>. Acesso em: 07 nov.2020.
- BCB.Caderno de Educação Financeira: Gestão de Finanças Pessoais (Conteúdo Básico). Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf>. Acesso em: 19 nov.2020.
- BRYMAN, Alan. *Quantity and Quality in Social Research*. Londres: Unwin Hyman, 1988.
- CALIXTO, Marisley. Finanças Pessoais: estudo de caso de um planejamento financeiro para a aposentadoria. Florianópolis, 2007.
- CERBASI, Gustavo. Dinheiro: os segredos de quem tem: como conquistar e manter sua independência financeira. São Paulo: Editora Gente, 2003.
- CLAUDINO, Lucas Paravizo; NUNES, Murilo Barbosa; SILVA, Fernanda Cristina da. Finanças pessoais: um estudo de caso com servidores públicos. Anais do Seminários em Administração – SemeAd (2009), p. 9São Paulo, SP, Brasil.
- CNC. Peic abril 2021: Endividamento alcança recorde histórico em abril. Disponível em: <<https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-abril-de-2021/334206>>. Acesso em 10 mai.2021.
- CNDL. 47% dos jovens da Geração Z não realizam o controle das finanças, aponta pesquisa CNDL/SPC Brasil, 6 mai. 2019. Disponível em: <<https://site.cndl.org.br/47-dos-jovens-da-geracao-z-nao-realizam-o-controle-das-financas-aponta-pesquisa-cndl-spc-brasil/>>. Acesso em: 26 jun.2020
- DANTAS, Jorge. Diferenças significativas entre as médias e as grandes empresas do setor alimentício da Bahia, baseada nos testes qui-quadrado, Mann-Whitney e Fisher. Sitientibus, Feira de Santana, n. 38, p.119-137, jan./jun. 2008.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOV.BR. Previdência Social teve déficit de R\$ 195,2 bilhões em 2018. [S. l.], 8 jun. 2020. Disponível em:<<https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/noticias/previdencia/regime-geral/previdencia-social-teve-deficit-de-r-1952-bilhoes-em-2018>>. Acesso em: 25 jun. 2020.
- GUIMARÃES, Elian. Grupo de risco, idosos estão em 34,5% dos lares do Brasil. Estado de Minas, Belo Horizonte, 03 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/05/03/interna_politica,1143928/grupo-de-risco-idosos-estao-em-34-5-dos-lares-do-brasil.shtml>. Acesso em: 10 maio 2021.

- HERLING, Luiz Henrique Debei; MORITZ, Gilberto de Oliveira; COSTA, Alexandre Marino; PEREIRA, Maurício Fernandes. A pesquisa quantitativa nas finanças de curto prazo. Faces: Revista de Administração, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 116-137, abr./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/facesp/article/view/1424/1274>>. Acesso em 15 ago.2020.
- IBGE. Censo 2010. Brasília, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 9 jun.2020.
- IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101736>>. Acesso em 01 mai.2021.
- INSS. Confira as principais mudanças da Nova Previdência. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/inss/pt-br/assuntos/noticias/confira-as-principais-mudancas-da-nova-previdencia>>. Acesso em 10 jun.2020.
- LUQUET, Mara. Guia Valor Econômico de finanças pessoais. 2ed. São Paulo: Editora Globo, 2007.
- MACEDO JÚNIOR, Jurandir Sell. A árvore do dinheiro: guia para cultivar a sua independência financeira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.
- MARQUES, M. L. M.; FRADE, C. Regular o sobre endividamento. Coimbra, 2003. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2003.
- MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento. São Paulo: Hucitec,1993
- OCDE. *Directorate for Financial and Interprise Affairs. Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness: Recommendation of the Council*. Julho de 2005.
- PENA, Rodolfo Alvez. O que é cidadania?. Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-cidadania.htm#:~:text=A%20cidadania%20%C3%A9%20o%20conjunto,civitas%2C%20que%20quer%20dizer%20cidade.>>. Acessado em: 20 mar. 2021
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- ROSA, Thiago Mendes. Ensaio sobre consumo. Tese (Mestrado em Economia) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 28. 2015.
- SANTOS, Tharcísio Bierrenbach de Souza. A Questão Previdenciária. Disponível em <<http://www.tharcisio.com.br/arquivos/textos/aquestaoprevidenciaria-revistasociologia06.pdf>>. Acesso em 01 jul.2020.
- SILVA, Eduardo D. Gestão em finanças pessoais: uma metodologia para se adquirir educação e saúde financeira. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.
- SILVA, Elvis Magno da; ALMEIDA, Rosangela Marsinete; MORAES, Lilian Soares. PPA – Programa de Preparação Para Aposentadoria. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E

- TECNOLOGIA, 2012. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos08/194_lilian_e_elvis%20-%20programa%20para%20aposentadoria.pdf>. Acessado em: 24 mai. 2020
- SILVA, Juliana Tomaz de Lima Silva; SOUZA, Dércia Antunes de; FAJAN, Fernanda Deolinda. Análise do endividamento e dos fatores que influenciam o comportamento dos alunos universitários. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 12. 2015. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: AEDB, 2015.
- SOUZA, Rubens. Conhecimentos Bancários. São Paulo: Editora Áudio, 2013
- SPC. Inadimplência abre o ano com alta de 1,38%, a segunda menor variação para os meses de janeiro em uma década, mostram CNDL/SPC Brasil, 2020. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/indice/7202>>. Acessado em 20 de março de 2021.
- SUBRAN, Ludovic. Allianz *Pension Report* 2020. Disponível em: <https://www.revistacobertura.com.br/site-2017/wp-content/uploads/2020/08/Allianz_Global_Pension_Report_2020.pdf>. Acesso em 20 jun.2020.
- SUSEP. Meu futuro Seguro. Tipos de planos / Benefícios. Disponível em: <<https://www.meufuturoseguro.gov.br/seguros-previdencia-capitalizacao/previdencia-complementar-aberta/tipos-de-planos-beneficios>>. Acesso em: 05 nov.2020
- VIALI, Lari. Testes de hipóteses não paramétricos. Departamento de Estatística. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.
- VIEIRA, Júlio César Alves. A importância da previdência complementar e os reflexos no contexto brasileiro. 2013. vii, 55 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- VIEIRA, Kelmara Mendes; MOREIRA JUNIOR, Fernando de Jesus; POTRICH, Ani Caroline Grigion. INDICADOR DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA: PROPOSIÇÃO DE UM INSTRUMENTO A PARTIR DA TEORIA DA RESPOSTA AO ITEM. Educ. Soc., Campinas, v. 40, e0182568, abril 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302019000100302&script=sci_arttext> Acesso em: 20 nov. 2020.
- WISNIEWSKI, Marina Luiza Gaspar. A importância da educação financeira na gestão das finanças pessoais: uma ênfase na popularização do mercado de capitais brasileiro. Revista Intersaberes, Curitiba, a.6, n.12, p. 155-172, 2011

ANEXO I – Questionário adaptado sobre Cidadania Financeira

O seguinte questionário é uma adaptação de uma pesquisa aplicada, em 2015, pelo Banco Central em parceria com a Serasa Experian e o Ibope com a intenção de aferir o nível de educação e inclusão financeiras da população brasileira, e também se utilizou da adaptação do questionário aplicado na Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), onde pretende-se analisar o nível de endividamento do aposentado.

O questionário foi adaptado para que seja aplicado a adultos que já estejam aposentados.

Parte 1 – Perfil Socioeconômico:

1. Com qual gênero você se identifica?

Masculino.

Feminino.

Outros.

2. Qual a sua faixa etária?

Abaixo de 50 anos.

Entre 51 e 60 anos.

Entre 61 e 65 anos.

Entre 66 e 70 anos.

Entre 71 e 75 anos.

76 anos ou mais.

3. Em qual estado você reside?

AC

AL

- AP
- AM
- BA
- CE
- DF
- ES
- GO
- MA
- MT
- MS
- MG
- PA
- PB
- PR
- PE
- PI
- RJ
- RN
- RS
- RO
- RR
- SC
- SP
- SE

TO

4. Qual o seu grau de escolaridade?

Não alfabetizado.

1ª a 3ª série do ensino fundamental.

4ª a 7ª série do ensino fundamental.

Ensino fundamental completo.

Ensino médio incompleto.

Ensino médio completo/Ensino superior incompleto.

Ensino superior completo.

Pós-graduação completa.

Pós-graduação incompleta.

Não sei.

5. Qual a sua renda individual? (Considerando o salário mínimo atual de R\$ 1.100,00)

Não possui renda.

Até 2 salários mínimos (Até R\$ 2.200,00).

Entre 2 e 4 salários mínimos (Entre R\$ 2.200,00 e R\$ 4.400,00).

Entre 4 e 10 salários mínimos (Entre R\$ 4.400,00 e R\$ 11.000,00).

Entre 10 e 20 salários mínimos (Entre R\$ 11.000,00 e R\$ 22.000,00).

Acima de 20 salários mínimos (Acima de R\$ 22.000,00).

Parte 2 – Uso de Serviços Financeiros

Uso de Serviços Financeiros: Geral

6. Qual desses produtos você conhece e/ou utiliza?

	Conheço	Utilizo	Não conheço e nem
--	---------	---------	-------------------

			utilizo
Conta corrente			
Conta poupança			
Cartão de crédito			
Previdência privada			
Seguro			
Cheque especial			
Empréstimo consignado			
Empréstimo pessoal			
Financiamento de veículos			
Financiamento imobiliário			
Carnê e cartão direto com a loja			
Empréstimo com o empregador			
Empréstimo de conhecido			
Empréstimo de agiota			

7. Pensando nos produtos apresentados na pergunta anterior, qual das seguintes afirmações melhor descreve como você decidiu o uso desses produtos?

- Analisei as informações sobre os produtos em diversas empresas antes de me decidir.
- Analisei diversas opções, mas somente dentro da mesma empresa.
- Não analisei nenhuma opção.
- Pesquisei, mas não havia outras opções.
- Perto da minha casa.
- A Instituição Financeira foi indicada pelo empregador para pagamento do meu salário.
- Serviços online.
- Não utilizei nenhum dos produtos.
- Outro:

Uso de Serviços Financeiros: Conta Corrente e Poupança

8. Com que frequência você movimenta a sua conta? (Legenda: Movimentar significa usar cartão de débito, fazer saque, depósito, transferências ou qualquer outra transação com movimentação financeira.)

Não possuo conta.

Mais de uma vez por semana.

Uma vez por semana.

Uma vez por mês.

Uso mais raramente.

9. Em uma escala de 1 a 5, onde 5 é totalmente satisfeito e 1 totalmente insatisfeito, no geral, como está a sua satisfação com o atendimento e os serviços que este banco te oferece em relação a sua conta?

1 – Muito insatisfeito.

2.

3.

4.

5 – Muito satisfeito.

10. Se você não tem conta bancária, marque o porquê de não ter conta. (Legenda: Caso você tenha, marque a primeira opção.)

Na verdade, eu possuo uma conta.

Não tenho dinheiro suficiente.

É muito caro (tarifas caras).

O banco é muito longe.

Não confio em bancos.

Não tenho interesse.

Muita burocracia para abertura de conta.

Não sou bem tratado no banco.

- É muito complicado ou difícil.
- Encontro-me negativado.
- Não sei como faz para abrir uma conta.
- Quando preciso, uso a conta de outra pessoa.
- Outro:

Uso de Serviços Financeiros: Crédito

11. Se você não tem conta bancária, marque o porquê de não ter conta. (Legenda: Caso você tenha, marque a primeira opção.)

- Pagar outro empréstimo.
- Doença/morte/ divórcio na família.
- Pagar dívida do cartão de crédito.
- Aplicar no negócio próprio.
- Pagar contas da casa.
- Educação própria ou de família.
- Comprar veículo.
- Construção, reforma e/ou aquisição de casa.
- Comprar outros bens (móveis, eletrodomésticos, eletrônicos etc.).
- Lazer.
- Desemprego.
- Outro:

12. Na hora de contratar um empréstimo ou financiamento, qual dessas opções foi/é mais importante para sua decisão? (Legenda: Marque no máximo 3 motivos mais importantes.)

- Taxa de juros.
- Prazo de pagamento e/ou número de prestações.
- Valor da prestação.

- Rapidez.
- Montante oferecido.
- Facilidade.
- O crédito já estar aprovado.
- Qualidade no atendimento.
- Melhor explicação das condições de empréstimo.
- Ser perto da minha casa.
- Não ser constrangedor.
- Outro:

13. Com relação ao cartão de crédito, nos últimos 12 meses:

- Paguei o valor mínimo da fatura pelo menos 1 vez.
- Parcelei a fatura (parcelamento que vem pronto na fatura) pelo menos 1 vez.
- Fiquei sem pagar a fatura (mesmo parcelada) pelo menos 1 vez.
- Sempre paguei o total da fatura.
- Desconheço as consequências do não pagamento do total da fatura.
- Não utilizei cartão de crédito nos últimos 12 meses.

14. Você procurou outros tipos de crédito que tivessem juros mais baixos que os do cartão de crédito para poder pagar a fatura?

- Sim.
- Não.

Parte 3 – Canais de acesso e meios de pagamento

15. Entre estes canais de acesso, qual(is) você utiliza para movimentar sua conta?

- Agência bancária ou posto de atendimento do meu banco (atendimento pessoal).
- Caixa eletrônico.

- Correspondente bancário (lotérica, farmácia, correios, posto de gasolina etc).
- Pelo internet banking.
- Pelo aplicativo do banco.
- Não possuo uma conta.
- Outro:

16. Como você recebe seu salário?

- Depósito em conta.
- Em cheque.
- Em dinheiro.
- Cartão-benefício.
- Não possuo renda.
- Outro:

17. Depois de receber seu salário, você geralmente retira TODO O DINHEIRO recebido de uma só vez? Responda se SIM ou se NÃO. Caso seja sim, por quê? (Exemplo 1: "SIM, porquê..."; Exemplo 2: "NÃO".)

Parte 4 – Educação Financeira

Educação Financeira: Conhecimento

18. Imagine que 3 amigos ganhem juntos R\$ 1.500 em uma rifa. Se eles decidem dividir o dinheiro igualmente entre eles, quanto cada um recebe? (Legenda: ex: 100.)

- R\$ 400
- R\$ 500
- R\$ 600

Não sei

19. Imagine que você tem dinheiro guardado em casa. Considerando que a inflação deste ano seja de 5%, depois de um ano você vai conseguir comprar:

Mais do que compraria com o dinheiro hoje.

A mesma quantidade de coisas que hoje.

Menos do que compraria com o dinheiro hoje.

Não sei.

20. Suponha que você pegasse emprestado R\$ 100 (cem reais) de um amigo e após um mês pagasse R\$ 100. Quanto de juros que você está pagando?

0%

1%

2%

Não sei.

21. No Brasil, qual foi a taxa acumulada de inflação em 2020?

0%.

Entre 1 e 3%.

Entre 4 e 7%.

Entre 8 e 11%.

Acima de 11%.

Não sei.

22. Imagine que hoje você colocou R\$100 numa conta de poupança que rende 2% ao ano.

Daqui a um ano você vai sacar o dinheiro, quanto deve ter nesta conta?

R\$ 98

R\$ 100

R\$ 102

() R\$ 120

() Não sei

23. E qual seria o saldo daqui a cinco anos, se você também não fizer nenhum depósito ou saque no período? (Legenda: Nessa mesma situação de colocar R\$100,00 numa conta de poupança que rende 2% ao ano.)

() Mais do que R\$ 110.

() Exatamente R\$ 110.

() Menos do que R\$ 110.

() É impossível dizer a partir das informações fornecidas.

24. Julgue as frases abaixo em Verdadeiro ou Falso. (Legenda: Marque uma opção por linha)

	Verdadeiro	Falso
Há cobrança de tarifas na conta simplificada.		
Posso abrir uma conta corrente ou uma conta poupança em um correspondente (lotérica ou correio, por exemplo).		
É provável que um investimento de maior retorno tenha maior risco.		
Em um país onde a inflação é alta os preços não se alteram tanto com o tempo.		
Investir em diferentes alternativas é uma boa forma para reduzir riscos.		
Sempre que alguém paga o valor mínimo da fatura do cartão de crédito está sujeito a juros sobre o saldo remanescente.		
Uma boa forma para controlar os gastos mensais é fazer um orçamento.		
É um direito básico do consumidor ter a informação clara sobre preço à vista e juros incluídos na venda a prazo.		
Mesmo que o banco quebre, depósitos de até R\$250 mil são garantidos.		

25. Como você avalia o seu nível de conhecimento sobre finanças? (Legenda: Onde atribui-se 1 - “Muito Fraco” e 5 - “Muito Bom”.)

1 – Muito Fraco.

2

3

4

6 – Muito bom.

26. Se houvesse um curso que lhe ajudasse a usar melhor o seu dinheiro, você gostaria de aprender a: (Legenda: Marque quantas opções te interessarem.)

Como negociar as dívidas.

Como utilizar o cartão de débito e de crédito.

Como e onde fazer empréstimos e financiamentos.

Quando comprar parcelado e quando comprar à vista.

Tipos de contas e os meus direitos.

Como poupar dinheiro.

Não me interessa por esse assunto.

Outro:

Educação Financeira: Atitude

27. Na sua casa você tem alguma forma de planejar seus gastos, despesas e poupança?

Sim.

Não.

Não sei.

28. Usando uma escala de 1 a 5, onde 1 significa "discordo totalmente" e 5 "concordo totalmente", analise as frases abaixo: (Marque uma opção por linha).

*1: Discordo totalmente; 2: Discordo; 3: Nem concordo, nem discordo; 4: Concordo; 5: Concordo totalmente

	1	2	3	4	5
--	---	---	---	---	---

Normalmente, eu fico mais satisfeito em gastar um dinheiro agora do que poupá-lo para o longo prazo.					
Prefiro comprar parcelado do que esperar ter dinheiro para comprar à vista.					
Eu pago as minhas contas em dia.					
Eu mantenho a minha vida financeira sob controle.					
Eu converso sobre as decisões financeiras com outras pessoas da minha família.					
Antes de comprar algo, eu penso com cuidado se poderei pagar.					
Estou preparado para arriscar uma parte do meu dinheiro quando poupo ou faço um investimento.					
Eu estabeleço objetivos financeiros de longo prazo e busco atingi-los.					
Minha situação financeira limita minha capacidade de fazer as coisas que são importantes para mim.					
Eu costumo me preocupar com o pagamento das despesas normais do dia a dia.					
Eu tenho muitas dívidas atualmente.					
Estou satisfeito com a minha situação financeira atual.					
Eu apenas sobrevivo financeiramente.					
Estou preocupado com o fato de o dinheiro que eu tenho não durará.					
Eu tenho dinheiro sobrando ao final do mês.					
Minhas finanças controlam minha vida.					

29. Nos últimos 12 meses, você sentiu alguma vez que os seus gastos eram maiores que os seus rendimentos?

() Sim.

() Não.

() Não sei.

30. O que você fez para pagar as contas? (Legenda: Caso tenha respondido “Não” na última questão, marque somente a primeira opção.)

() Paguei normalmente as contas.

- Paguei com dinheiro guardado anteriormente.
- Trabalhei mais, fiz horas extras.
- Vendi algum bem que tinha.
- Cortei despesas.
- Paguei a conta com atraso, deixei de pagar algumas contas.
- Peguei emprestado dinheiro de amigos e parente.
- Solicitei adiantamento de salário.
- Paguei o mínimo do cartão de crédito.
- Não sei.
- Outro:

Parte 5 – Poupança

31. Nos últimos 12 meses como você guardou o seu dinheiro?

- Guardei dinheiro em casa.
- Deixei o dinheiro na conta corrente.
- Guardei dinheiro em uma poupança.
- Dei dinheiro para alguém da família guardar.
- Participei de um grupo de poupança informal.
- Apliquei em investimentos (mercado financeiro / imóveis / moedas estrangeiras).
- Apliquei em um plano de previdência privada.
- Não guardei dinheiro.
- Outro:

32. Por qual(is) motivo você não poupou nos últimos 12 meses? (Legenda: Caso tenha poupado, marque somente a primeira opção.)

- Eu poupei nos últimos 12 meses.
- Não sobra dinheiro.

- Não tenho conta para guardar dinheiro.
- Não sei onde / como poupar.
- Não confio em bancos / instituições financeiras.
- Tenho medo que o governo tome meu dinheiro.
- Muita burocracia.
- Cobram taxas altas, impostos.
- Não tenho interesse em poupar, prefiro gastar na hora.
- Acho que o rendimento não vale a pena.
- Outro:

33. Nas vezes em que você poupou, para qual finalidade você guardou o dinheiro?

- Para ter uma reserva para imprevistos e emergências.
- Para uma despesa maior que terei no futuro (casamento, aniversário, despesas médicas etc).
- Para aposentadoria.
- Para os filhos e netos.
- Poupo sem um objetivo específico em mente.
- Nunca poupei.
- Outro:

Parte 6 – Resiliência

34. E se surgisse uma despesa alta inesperada hoje, que fosse equivalente a todo seu rendimento mensal, você teria condições de pagá-la sem pedir dinheiro emprestado ou sem a ajuda de amigos ou da família?

- Sim.
- Não.

35. Se você perdesse a sua principal fonte de renda hoje, por quanto tempo você conseguiria cobrir seu custo de vida sem pegar um empréstimo?

Menos de 1 semana.

De 1 semana a 1 mês.

De 1 a 3 meses.

De 4 a 6 meses.

Mais de 6 meses.

Não sei.

36. Você fez algum planejamento para a sua aposentadoria?

Sim, contribuindo com o INSS.

Sim, possuo um plano de previdência privada.

Contribuí com o fundo de pensão da empresa onde trabalho.

Fiz investimentos financeiros buscando a venda futura.

Investi em imóveis e em outros valores (automóveis, joias, artes, antiguidades) para venda futura.

Não, não fiz nenhuma contribuição para minha aposentadoria.

Dependia do meu cônjuge / companheiro.

Dependia de seus filhos ou outros membros da família.

Não sei.

Outro:

Parte 7 – Ocorrência e resolução de problemas com instituições financeiras

37. Nos últimos 12 meses você passou por alguma dessas situações?

Foi feito um débito não autorizado na minha conta.

- Não recebi todas as informações ou não me informaram corretamente sobre as condições de um produto que contratei (por exemplo, que você teria que pagar determinadas tarifas ou sobre o prazo de resgate de um título de capitalização).
- Você abriu uma conta para receber seu salário no banco que o seu empregador indicou, mas ao invés de conta salário, o banco abriu outro tipo de conta, e não te informou.
- Irregularidades na contratação de crédito consignado.
- Para eu contratar um serviço eu precisei contratar outro (ex.: para contratar um empréstimo, você teve que comprar um título de capitalização).
- Dificuldade em pagar totalmente ou antecipar pagamentos de um empréstimo.
- Aceitei conselho para investir em um produto financeiro que, mais tarde, você descobriu que não era vantajoso.
- Fui vítima de uma fraude.
- Não aconteceram nenhuma das alternativas anteriores comigo.
- Outro:

38. Você procurou de alguma forma resolver este problema? (Legenda: Em caso de ter marcado mais de uma opção na resposta anterior, pense no mais recente e responda. Caso a resposta da pergunta anterior tenha sido que não teve problemas deixe essa questão em branco.)

- Sim.
- Não.

39. E qual destas opções melhor descreve o que ocorreu com seu problema?

- Foi resolvido na primeira tentativa.
- Foi resolvido em até 3 meses.
- Não foi resolvido.
- Eu desisti de resolver.
- Explicaram que eu não tinha direito ao que estava reclamando e concordei.
- Nunca tive problema.

Outro:

40. Por qual motivo você não procurou resolver o problema?

Não tive tempo.

O valor era muito pequeno.

Receio de enfrentar muita burocracia.

Não sabia quem procurar para resolver o problema.

Eu procurei resolver o problema.

Nunca tive problema.

Outro:

41. Com quem você entrou em contato para resolver o seu problema?

O gerente / atendente da própria instituição financeira.

A Central de Atendimento ou SAC da própria instituição financeira.

A ouvidoria da própria instituição financeira.

O Procon.

Associação privada de Defesa.

O Banco Central.

Justiça (Defensoria Pública, Pequenas Causas, Justiça Comum, Ministério Público, Mediação).

Redes Sociais (canal da empresa, sites de reclamação, outras redes sociais).

Não entrei em contato com ninguém para resolver o meu problema.

Nunca tive problema.

Outro:

Parte 8 – Endividamento

42. Em relação a sua situação financeira atual, você possui alguma dívida?

* Considere como dívida qualquer compromisso financeiro firmado ou contas em atraso.

Sim.

Não.

43. Caso tenha assinalado “Sim” na questão anterior, indique qual(ais) dívida(s) você possui atualmente.

Cartão de crédito.

Cheque especial.

Cheque pré-datado.

Crédito consignado.

Crédito pessoal.

Carnês de loja.

Financiamento de veículo.

Outro:

44. Com relação às opções apresentadas na pergunta anterior, qual a sua percepção sobre a sua situação de endividamento? (Caso não possua dívidas, marque a primeira alternativa)

Não tenho dívidas.

Muito endividado.

Mais ou menos endividado.

Pouco endividado.

Não sei.

45. Indique o quanto de sua renda mensal está comprometida com a(s) parcela(s) da(s) dívida(s)? (Caso não possua dívidas, marque a primeira alternativa)

Não possuo dívidas.

Menos de 10%.

Entre 11% e 50%.

Mais que 50%.

() Não sei.

ANEXO II – Tabelas de Análises Estatísticas

Tabela 10 - Análise estatística: uso de serviços financeiros

Uso de Serviços Financeiros			
Produto Financeiro	Frequência		p-valor:
	Com Endividamento de Risco	Sem Endividamento de Risco	
Conta Corrente	85,71%	97,37%	0,2141
Conta Poupança	71,43%	57,89%	0,6984
Cartão de crédito	85,71%	94,74%	0,3445
Previdência privada	42,86%	58,77%	0,4532
Seguro	85,71%	76,32%	0,6889
Cheque especial	71,43%	36,84%	0,1077
Empréstimo consignado	57,14%	20,18%	0,0433
Empréstimo pessoal	28,57%	6,14%	0,0852
Financiamento de veículos	14,29%	15,79%	1,0000
Financiamento imobiliário	28,57%	14,91%	0,5938
Carnê e cartão direto com a loja	14,29%	6,14%	0,3824
Empréstimo com o empregador	28,57%	5,26%	0,0682
Empréstimo de conhecido	14,29%	5,26%	0,3445
Empréstimo de agiota	14,29%	0,00%	0,0579

Fonte: Autoria Própria

Tabela 11 - Análise Estatística: maneira de escolha dos produtos financeiros

Maneira para escolha dos produtos financeiros			
Motivo	Frequência		p-valor:
	Com Endividamento de Risco	Sem Endividamento de Risco	
Analisei informações de diferentes empresas antes de tomar minha decisão.	42,86%	48,25%	1,0000
Analisei várias opções de uma única empresa.	0,00%	7,89%	1,0000
Eu não analisei nenhuma outra opção.	0,00%	9,65%	1,0000
Pesquisei, mas não havia outras opções.	0,00%	0,88%	1,0000
Perto da minha casa.	0,00%	2,63%	1,0000

A Instituição Financeira foi indicada pelo empregador para pagamento do meu salário.	28,57%	17,54%	0,6074
Serviços online.	14,29%	1,75%	0,1649
Não utilizei nenhum dos produtos.	0,00%	6,14%	1,0000

Fonte: Autoria Própria

Tabela 12 - Análise Estatística: movimentação da conta

Movimentação da conta			
Periodicidade	Frequência		p-valor:
	Com Endividamento de Risco	Sem Endividamento de Risco	
Não possuo conta.	0,00%	0,00%	1,0000
Mais de uma vez por semana.	100,00%	86,84%	0,5947
Uma vez por semana.	0,00%	10,53%	0,6151
Uma vez por mês.	0,00%	1,75%	1,0000
Uso mais raramente.	0,00%	0,88%	1,0000

Fonte: Autoria Própria

Tabela 13 - Análise Estatística: satisfação com atendimento e serviços financeiros

Satisfação com atendimento e serviços financeiros			
Nota	Frequência		p-valor:
	Com Endividamento de Risco	Sem Endividamento de Risco	
1 - Totalmente Insatisfeito	0,00%	0,88%	1,0000
2	0,00%	3,51%	1,0000
3	14,29%	22,81%	1,0000
4	28,57%	42,98%	0,6976
5 - Totalmente Satisfeito	57,14%	29,82%	0,2041

Fonte: Autoria Própria

Tabela 14 - Análise Estatística: motivos para contratação de empréstimo

Motivos para contratação de empréstimo			
Motivos	Frequência		p-valor:
	Com Endividamento de Risco	Sem Endividamento de Risco	
Taxa de juros.	85,71%	86,84%	0,9518
Prazo de pagamento e/ou número de prestações.	42,86%	42,98%	1,0000
Valor da prestação.	71,43%	36,84%	0,1077
Rapidez.	14,29%	9,65%	0,9789
Montante oferecido.	0,00%	3,51%	1,0000
Facilidade.	42,86%	13,16%	0,0665
O crédito já estar aprovado.	0,00%	12,28%	0,5993
Qualidade no atendimento.	0,00%	11,40%	0,6060
Melhor explicação das condições de empréstimo.	0,00%	5,26%	1,0000
Ser perto da minha casa.	0,00%	0,00%	1,0000
Não ser constrangedor.	0,00%	0,88%	1,0000

Fonte: Autoria Própria

Tabela 15 - Análise Estatística: uso do cartão de crédito

Uso do cartão de crédito			
Periodicidade	Frequência		p-valor:
	Com Endividamento de Risco	Sem Endividamento de Risco	
Paguei o valor mínimo da fatura pelo menos 1 vez.	28,57%	2,63%	0,0266
Parcelei a fatura (parcelamento que vem pronto na fatura) pelo menos 1 vez.	14,29%	0,88%	0,1128
Fiquei sem pagar a fatura (mesmo parcelada) pelo menos 1 vez.	0,00%	0,88%	1,0000
Sempre paguei o total da fatura.	57,14%	92,11%	0,0211
Desconheço as consequências do não pagamento do total da fatura.	0,00%	0,88%	1,0000
Não utilizei cartão de crédito nos últimos 12 meses.	0,00%	2,63%	1,0000

Fonte: Autoria Própria

Tabela 16 - Análise Estatística: meio de movimentação da conta

Meio de movimentação da conta			
Opção	Frequência		p-valor:
	Com Endividamento de Risco	Sem Endividamento de Risco	
Agência bancária ou posto de atendimento do meu banco (atendimento pessoal).	28,57%	27,19%	0,9840
Caixa eletrônico.	28,57%	57,02%	0,2401
Correspondente bancário (lotérica, farmácia, correios, posto de gasolina etc).	0,00%	6,14%	1,0000
Pelo internet banking.	28,57%	63,16%	0,1077
Pelo aplicativo do banco.	85,71%	73,68%	0,6763
Não possui uma conta.	0,00%	0,00%	1,0000

Fonte: Autoria Própria

Tabela 17 - Análise Estatística: autoavaliação de conhecimento sobre finanças

Auto Avaliação - conhecimento sobre finanças			
Nota	Frequência		p-valor:
	Com Endividamento de Risco	Sem Endividamento de Risco	
1	0,00%	0,00%	1,0000
2	14,29%	7,02%	0,4175
3	42,86%	32,46%	0,6832
4	28,57%	42,98%	0,6979
5	14,29%	17,54%	1,0000

Fonte: Autoria Própria

Tabela 18 - Análise Estatística: você possui uma forma de planejamento financeiro?

Você possui uma forma de planejamento financeiro?			
Opção	Frequência		p-valor:
	Com Endividamento de Risco	Sem Endividamento de Risco	
Sim	57,14%	86,84%	0,0665
Não	28,57%	13,16%	0,2545
Não sei	14,29%	0,00%	0,0579

Fonte: Autoria Própria

Tabela 19 - Análise Estatística: você sentiu seus gastos maiores que seus rendimentos?

Você sentiu seus gastos maiores que seus rendimentos?			
Opção	Frequência		p-valor:
	Com Endividamento de Risco	Sem Endividamento de Risco	
Sim	85,71%	50,00%	0,1185
Não	14,29%	49,12%	0,1185
Não sei	0,00%	0,88%	1,0000

Fonte: Autoria Própria

Tabela 20 - Análise Estatística: o que você fez para pagar as contas?

O que você fez para pagar as contas?			
Maneiras	Frequência		p-valor:
	Com Endividamento de Risco	Sem Endividamento de Risco	
Paguei normalmente as contas	42,86%	66,67%	0,2346
Paguei com dinheiro guardado anteriormente.	28,57%	26,32%	0,9862
Trabalhei mais, fiz horas extras.	0,00%	2,63%	1,0000
Vendi algum bem que tinha.	0,00%	2,63%	1,0000
Cortei despesas.	28,57%	20,18%	0,6288
Paguei a conta com atraso, deixei de pagar algumas contas.	14,29%	3,51%	0,2604
Peguei emprestado dinheiro de amigos e	28,57%	2,63%	0,0266

parente.			
Paguei o mínimo do cartão de crédito.	0,00%	1,75%	1,0000

Fonte: Aatoria Própria

Tabela 21 - Análise Estatística: como você poupou dinheiro?

Como você poupou dinheiro?			
Maneiras	Frequência		p-valor:
	Com Endividamento de Risco	Sem Endividamento de Risco	
Guardei dinheiro em casa.	0,00%	5,26%	1,0000
Deixei o dinheiro na conta corrente.	14,29%	22,81%	1,0000
Guardei dinheiro em uma poupança.	0,00%	31,58%	0,1022
Dei dinheiro para alguém da família guardar.	0,00%	2,63%	1,0000
Participei de um grupo de poupança informal.	0,00%	0,88%	1,0000
Apliquei em investimentos (mercado financeiro / imóveis / moedas estrangeiras).	14,29%	64,04%	0,0136
Apliquei em um plano de previdência privada.	0,00%	21,05%	0,3427
Não guardei dinheiro.	71,43%	7,89%	0,0002

Fonte: Aatoria Própria

Tabela 22 - Análise Estatística: pagamento de despesa inesperada

Você conseguiria pagar uma despesa inesperada?			
Opção	Frequência		p-valor:
	Com Endividamento de Risco	Sem Endividamento de Risco	
Sim	71,43%	73,68%	0,9862
Não	28,57%	26,32%	0,9862

Fonte: Aatoria Própria

Tabela 23 - Análise Estatística: tempo de sobrevivência no caso de perda da renda

Tempo de sobrevivência no caso de perda da renda			
Tempo	Frequência		p-valor:
	Com Endividamento de Risco	Sem Endividamento de Risco	
Menos de 1 semana.	28,57%	1,75%	0,0164
De 1 semana a 1 mês.	14,29%	7,02%	0,4176
De 1 a 3 meses.	28,57%	7,89%	0,1228
De 4 a 6 meses.	14,29%	12,28%	0,9598
Mais de 6 meses.	0,00%	57,89%	0,0032
Não sei.	14,29%	13,16%	0,9518

Fonte: Autoria Própria

Tabela 24 - Análise Estatística: planejamento para aposentadoria

Planejamento para aposentadoria			
Maneiras	Frequência		p-valor:
	Com Endividamento de Risco	Sem Endividamento de Risco	
Sim, contribuindo com o INSS.	57,14%	67,54%	0,6832
Sim, possuo um plano de previdência privada.	14,29%	35,09%	0,4208
Contribuí com o fundo de pensão da empresa onde trabalho.	28,57%	30,70%	1,0000
Fiz investimentos financeiros buscando a venda futura.	0,00%	28,95%	0,1877
Investi em imóveis e em outros valores (automóveis, joias, artes, antiguidades) para venda futura.	28,57%	28,07%	0,9816
Não, não fiz nenhuma contribuição para minha aposentadoria.	0,00%	6,14%	1,0000
Dependia do meu cônjuge / companheiro.	14,29%	1,75%	0,1649
Dependia de seus filhos ou outros membros da família.	14,29%	0,00%	0,0579
Não sei	0,00%	2,63%	1,0000

Fonte: Autoria Própria

Tabela 25 - Análise Estatística: como você tentou resolver o problema?

Você tentou resolver o problema?			
Maneiras	Frequência		p-valor:
	Com Endividamento de Risco	Sem Endividamento de Risco	
Sim.	100,00%	92,11%	1,0000
Não.	0,00%	7,89%	1,0000

Fonte: Autoria Própria

Tabela 26 - Análise Estatística: meio de resolução do problema

Meio de resolução do problema			
Maneira	Frequência		p-valor:
	Com Endividamento de Risco	Sem Endividamento de Risco	
O gerente / atendente da própria instituição financeira.	57,14%	28,07%	0,1944
A Central de Atendimento ou SAC da própria instituição financeira.	0,00%	7,89%	1,0000
A ouvidoria da própria instituição financeira.	0,00%	0,00%	1,0000
O Procon.	0,00%	0,88%	1,0000
Associação privada de Defesa.	0,00%	0,00%	1,0000
O Banco Central.	0,00%	0,88%	1,0000
Justiça (Defensoria Pública, Pequenas Causas, Justiça Comum, Ministério Público, Mediação).	0,00%	1,75%	1,0000
Redes Sociais (canal da empresa, sites de reclamação, outras redes sociais).	0,00%	0,00%	1,0000
Não entrei em contato com ninguém para resolver o meu problema.	0,00%	0,88%	1,0000

Fonte: Autoria Própria